

## DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1995

## O IMPÉRIO E AS MEMÓRIAS DO ESTADO NOVO

### Os Heróis de Chaimite\*\*

#### *Introdução*

Não será necessário desenvolver uma argumentação sistematizada para se concluir que qualquer forma de poder tem na sua estruturação alguns vectores essenciais em torno dos quais se vai organizando. A configuração de um poder dominante tem normalmente no sistema legislativo, económico, político, social e mental, um substrato comum que, quando o conhecimento da realidade já está suficientemente aprofundado, é possível definir em algumas ideias basilares. Não será o caso da época sobre que nos estamos a debruçar, que por condicionalismos vários, que vão desde a profundidade dos conhecimentos já adquiridos, passando pela documentação disponível e mesmo até pela sua proximidade temporal, não nos permitem ainda delinear com alguma nitidez os filamentos fundamentais da memória que o Estado Novo construiu sobre si próprio. Tal não significa que não se deva ou não se possa avançar já, ainda que por tentativas, para a reconstrução do edifício que o regime, enquanto estrutura de poder, elaborou para se implantar.

\* Universidade Católica Portuguesa.

\*\* O texto que agora se apresenta corresponde, com algumas alterações, a parte de uma dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1994, orientada pelo Professor Doutor Luís Reis Torgal intitulada *Cinema Império e Memória no Estado Novo - O caso Chaimite de Jorge Brum do Canto*.

Entramos assim no terreno da memória, espaço fluido e deslizante porque multifacetado, uma vez que os universos mundividenciais coevos são comuns, ou não houvesse vários sedimentos culturais dentro de uma mesma época. Assim, por mais que o Estado se imponha totalitariamente a todos os estratos sociais, nem sempre o imaginário que se constrói é idêntico. Sobre a mesma ideia, poderemos admitir diferenças entre a memória existente num meio sócio-cultural mais elevado e um mais baixo, num sector mais próximo da ideologia dominante e noutra que adquira uma conduta oposicionista. Enquanto existem áreas onde o poder pode intervir sistematicamente de forma a veicular a ideologia oficial, caso do sistema de ensino, dos apoios à arte e à cultura, outras há que, mesmo de forma fragmentada e periférica, conseguem apresentar *nuanças* diferentes ao nível da memória consoante a permissividade do sistema em que se inserem. É o caso de revistas e jornais que não se posicionam próximo da ideologia dominante e que de forma autónoma conseguem apresentar uma memória diferente daquela. Neste contexto, torna-se mais adequado utilizar a expressão *memórias*, embora naturalmente, pelos meios que cada uma possui para a sua produção e divulgação, seja igualmente correcto falar em *memória dominante* e em *memórias periféricas*.

Por outro lado, as leituras variadas e fundamentáveis que a análise e compreensão do passado pode suscitar, alargam ainda mais o âmbito da memória histórica de uma época. Consoante o posicionamento ideológico do *leitor*, assim nos poderão surgir diversas interpretações. Nessa medida, a variedade das memórias não se restringe somente ao período em que são produzidas, mas também ao momento em que são estudadas e investigadas. Este é já porém o terreno da história da história, isto é, as *memórias* que o historiador pode construir sobre o seu objecto.

No contexto problematizador em que este assunto da memória se insere, não nos interessa nem poderemos trazer para o domínio da nossa análise o assunto das várias *memórias* existentes durante o Estado Novo, nem sequer enunciar as diversas correntes que a produção historiográfica já desenvolveu sobre o período em causa. Pretendemos somente relevar a plurifacetagem que o termo *memória* pode adquirir, e ao mesmo tempo, salientar a fluidez e os riscos daí decorrentes quanto à sua utilização. Assim, importa definir que o nosso objectivo será o da própria memória construída pelo Estado Novo enquanto estrutura de poder. Para tanto, e porque

o tema é vasto, centraremos a nossa atenção no conceito de *Império*, noção que nos parece ser uma das componentes fundamentais da arquitectura do regime. Pegando num assunto caro ao salazarismo, a campanha de ocupação africana contra os Vátuas de finais do século XIX e nos seus heróis, iremos apresentar algumas linhas fundamentais para a compreensão da memória que o regime construiu sobre o seu Império.

Constataremos que a memória dessa campanha, no lugar de compreender os vários contextos em que esses acontecimentos surgiram, preocupar-se-á com a recriação permanente de um tempo passado, mítico por natureza, pois nele a nação irá rever momentos de exemplaridade, que evocam a força e o carácter do ser português. Daí a preocupação de a cada momento onde tenha lugar a festa do culto pátrio, o discurso histórico apresentar com frequência a memória das campanhas, das suas grandes batalhas, dos grandes heróis que nelas participaram, com o objectivo não só de evocar para comemorar, mas também invocar, como espécie de necessidade fundamental destinada a reinventar um momento passado que se deseja perpetuar. Esta preocupação em querer que o tempo presente e futuro permaneçam iguais a um passado glorioso e épico revela aspirações comuns ao pensamento mítico que, entre outras funções, é um discurso que visa a permanência, a manutenção, de um estádio originário, momento primeiro, através da recriação cíclica. Nesse sentido, com a memória histórica das campanhas, estaremos num dos campos privilegiados onde uma certa concepção de história, espécie de sistema explicativo do devir de uma nação, que procura perpetuar-lhe para a posteridade os traços essenciais, vem substituir a mitologiaO).

Um dos campos fundamentais onde iremos estabelecer a relação entre a história e a mitologia será através da análise dos heróis das campanhas. A importância atribuída aos grandes homens como elementos mitológicos vitais para o caminhar das sociedades, não é recente. Já desde a antiguidade, o herói, pela sua força transformadora, assumia na explicação do devir histórico um papel fundamental. Nas épocas mais recentes, nomeadamente a partir do século XIX, com o advento do pensamento romântico e do positivismo comtiano, nota-se uma recuperação da importância (\*)

(\*) C. Lévi-Strauss, *Mito e Significado*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 63.

atribuída aos heróis como propulsores da sociedade. Thomas Carlyle, em 1840, com a publicação de *Os Heróis e o Culto dos Heróis*, atribui aos grandes homens um papel fundamental na transformação social. Considera que a "história do mundo é a biografia dos Grandes Homens", pois "em todas as épocas da história do mundo, encontraremos o Grande Homem como Salvador indispensável do seu Tempo". O culto dos heróis, que sempre existiu, e perdurará enquanto o homem existir, é em sua opinião, "o eterno alicerce sobre o qual os homens podem edificar de novo"<sup>(2)</sup>. O positivismo comtiano, também vai atribuir ao culto dos grandes homens uma influência determinante no encaminhamento da humanidade. Em Portugal, ambas as influências se fizeram sentir, Oliveira Martins será influenciado por aquele historiador romântico, e o movimento republicano acusará também a influência da corrente positivista, na versão littereriana. O Estado Novo de igual modo não ficará indiferente à importância dos grandes homens. António Mattoso considera que os manuais escolares devem exaltar-lhes as virtudes no sentido de desenvolver o patriotismo dos alunos<sup>(3)</sup>. O herói dos tempos modernos no entanto, pelos condicionamentos do avanço técnico, já não necessita como na antiguidade de morrer para ser idolatrado e tornar-se objecto de culto. A aceleração dos meios de comunicação, nomeadamente os audiovisuais, precipitaram a idolatria. O espectador, perante o ecrã, não precisa que a sociedade divinize o herói ou que ele morra para se eternizar. Ele próprio inicia esse movimento de divinização no momento em que observa o seu ídolo em acção. Para além da eficácia dos meios audiovisuais nesse processo de mitificação, os governos, desejosos de reforçar o sentimento nacional, contribuíram também para acelerar esse movimento, desenvolvendo o culto da personalidade, rendendo oficialmente homenagens aos heróis ou oferecendo-lhes medalhas<sup>(4)</sup>.

(2) Thomas Carlyle, *Os Heróis e o Culto dos Heróis*, S. Paulo, Cultura Moderna, s.d., (1ª ed., 1840), pp. 22-24.

(3) *Apud* Sérgio Campos Matos, *Historia, Mitologia, Imaginario Nacional*, Lisboa, Horizonte, 1990, p. 130.

(4) Viólete Morin, "Héros et Idoles", in *Encyclopédie Universalis*, Paris, vol. 9, 1984, pp. 272-276.

A memória histórica dos heróis da campanha que iremos analisar, no sentido de uma mais fácil implantação da sua imagem, já revela esta preocupação mediática, quer pela via oficial da comemoração, quer pela criação de meios iconográficos que a seu tempo também analisaremos. Desfilarão como símbolos regeneradores da raça, de unidade pátria e como recuperadores do destino perdido. Nesta relação do herói com a repurificação da raça, com a unificação nacional e com o retomar do caminho vamos confirmar de novo a aproximação entre a história e a explicação mitológica. Estaremos em presença do homem que, transformado em mito, provoca uma ruptura na sociedade, introduzindo-lhe um novo ciclo, afastando-a da decadência reinante, purificando e regenerando, reconduzindo-a ao antigo caminho de glória.

### *O Império na memória contemporânea portuguesa*

Antes de mais, convém sublinhar que a projecção moderna no imaginário nacional da ideia de *Império* não é exclusiva do Estado Novo. Neste, como em muitos outros aspectos, o salazarismo limitou-se a integrar no seu corpo ideológico conceitos que não são criação sua, embora lhes tenha dado uma particularidade própria. No caso que nos interessa, já no período final da monarquia constitucional, nos aparece uma formulação daquela ideia. Referimo-nos ao *Mapa Cor-de-Rosa*. Idealizado por Barros Gomes em 1886, este projecto visava unir todo o território que se encontrava entre as costas angolana e moçambicana. Embora tivesse surgido num contexto internacional específico, aquele plano africano representa o primeiro esforço recuperador da imagem imperial portuguesa, desiderato que era acalentado desde a perda do Brasil e especialmente defendido pela Sociedade Portuguesa de Geografia. No entanto, a concorrência das grandes potências industriais da época, nomeadamente a Inglaterra, virá a invalidar aquele intento. Apesar de se terem realizado várias expedições ao interior africano, com o intuito de legitimar as pretensões portuguesas, o *Ultimatum* inglês de 1890 vem pôr cobro àquele sonho imperial africano. A memória desse gesto oitocentista perdurará no entanto na história nacional como sintoma das capacidades colectivas dos portugueses. Inclusivamente, durante o salazarismo, os intelectuais do regime continuarão a veicular a ideia dos direitos históricos àqueles

territórios, nomeadamente "de terem sido portugueses os primeiros que intencionalmente atravessaram nos primeiros anos do século XIX de Angola a Tete e volta, e de já no século XVI se fazer tráfico comercial, por terra, entre Angola e Moçambique"<sup>(5)</sup>.

De igual modo o Integralismo Lusitano desenvolve e projecta um imaginário que se consolida também em torno de uma visão imperial da nação. Para os integralistas os elementos tradicionais da história nacional, nomeadamente a monarquia e o catolicismo, são o fermento fundamental para entendermos o aparecimento do império português. Porque foi durante a monarquia que se iniciaram as descobertas e as conquistas, porque foi naquele período que se iniciou a obra de missão e civilização dos novos territórios, e ainda porque foi também durante a monarquia que se deram os primeiros passos no sentido de os povoar. Como na criação do império português estiveram sempre presentes aqueles elementos, a identidade cultural existente é forte, fazendo com que, independentemente da região ou da raça, permaneçam aqueles factores unificadores. Para os integralistas é essa a razão que justifica a criação imperial portuguesa. São várias províncias, dispersas pelos vários cantos do globo comungando a mesma identidade. Na voz de alguns dos seus mais insígnos representantes, casos de José Pequito Rebelo ou Manuel Múrias, a vocação imperial portuguesa faz parte da natureza constitucional do *ser* português<sup>(6)</sup>. O império colonial advém, não de necessidades esporádicas e transitórias, como a procura de matérias primas ou a expansão do seu espaço vital, mas de razões mais profundas e superiores que radicam na vocação apostólica e missionária do povo português<sup>(7)</sup>. Estas ideias, à semelhança de outras de carácter integralista, farão parte do imaginário imperial do Estado Novo, bem como personalidades daquela corrente, que confiantes na capacidade renovadora do re-

<sup>(5)</sup> Manuel Múrias, *Portugal: Império*, Lisboa, Clássica Editora, 1939, pp. 256-257.

<sup>(6)</sup> Sobre o desenvolvimento do imaginário imperial integralista *vide* José Pequito Rebelo, *Tradição e Ultramar*, Lisboa, 1961 ou Manuel Múrias, *Portugal: Império*, Lisboa, Clássica Editora, 1939.

<sup>(7)</sup> Manuel Múrias, *ob. cit.*, pp. 7-19. Estas afirmações apesar de serem publicadas já em pleno *Estado Novo*, são no entanto a recuperação de alguns ensaios publicados nas revistas *Nação Portuguesa* e *Ocidente*, e no jornal *A Voz*, que eram, especialmente a primeira publicação, vozes do Integralismo Lusitano.

gime saído do 28 de Maio, aderiram ao salazarismo esperanças de que as suas ideias seriam aplicadas, independentemente do tipo de governo. O apoio dado à política colonial estadonovista por elementos integralistas, caso de Manuel Múrias, nomeadamente à implementação das bases do novo império africano, é disso uma evidência<sup>(8)</sup>).

Com o Estado Novo vamos assistir a um reforço do papel ideológico do império, nomeadamente através dos meios de propaganda, no sentido da consolidação de ideias já anteriormente formuladas. Vários conceitos se podem catalogar a propósito do imaginário imperial estadonovista. Em primeiro lugar, o império português foi uma das formas privilegiadas de afirmação do lugar de Portugal no mundo. Essa expressão adquire várias facetas que vão desde o domínio económico ao político. Como forma de implantação económica, é essencialmente no sentido em que realça o nosso papel no contexto mundial. Independentemente das riquezas da metrópole, Portugal "seria sem as colónias um país pobre". Politicamente o lugar de Portugal sai reforçado no concerto europeu e mundial, pelo simples facto de ser a terceira potência do mundo, e nessa medida há que contar com a sua voz, situação que já não aconteceria se não tivéssemos as colónias, na medida em que nos tornaríamos uma "simples expressão geográfica, sem qualquer espécie de significado positivo no concerto da Europa"<sup>(9)</sup>.

Assim, o Império é parte intrínseca da identidade nacional. As colónias, para além de permitirem a afirmação geoestratégica de Portugal enquanto potência europeia e mundial, foram também utilizadas para incutir na consciência pública portuguesa a ideia da imensidade territorial por que Portugal era constituído, não se confinando fisicamente só ao espaço continental europeu, mas afirmando-se como "um vasto império"<sup>(10)</sup>. Desse facto devem os portugueses ter uma noção clara. Não basta que se destaque a projecção económica e política que as colónias possibilitam, mas também é preciso que tenham uma "consciência imperial"<sup>(11)</sup> e

<sup>(8)</sup> Manuel Múrias, *ob. cit.*, pp. 239-247; 265-273.

<sup>(9)</sup> Augusto da Costa, *Portugal Vasto Império - Um Inquérito Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 7.

<sup>(10)</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>(11)</sup> *Idem*, p. 162.



territorialmente se assumam como império- Nessa matéria, a propaganda torna-se um veículo mediático precioso para a formação da opinião pública, cuja importância não foi menosprezada pelo regime salazarista. Logo em 1934, na apresentação do catálogo da Iª Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto, o seu director técnico, realça precisamente que aquela iniciativa "é o primeiro grande acto de propaganda Colonial na Metrópole"<sup>(12)</sup>. Comprovando o interesse que os temas ultramarinos irão suscitar, vamos assistir até meados da década de quarenta ao aparecimento de várias iniciativas: em 1930 realiza-se o Congresso Nacional Colonial, em 1933 temos a Conferência Imperial Nacional; em 1934, o Iº Congresso Nacional de Colonização, a Exposição Colonial do Porto, o I Congresso Militar e Colonial e o I Congresso Nacional de Antropologia Colonial; em 1936, temos a I Conferência Económica do Império Colonial e a Conferência de Alta Cultura Colonial; em 1937, surge a I Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa e o I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. Na imprensa diária aparecem também suplementos dedicados ao império, publicações diversas como os Cadernos Coloniais, o Mundo Português, o Boletim da Agência Geral das Colónias, incidem sobre a temática imperial, surgindo a Biblioteca Colonial Portuguesa (século XIX), a colecção Pelo Império, onde predominam as obras sobre os grandes heróis de África do século XIX, ou sobre a vocação imperial portuguesa como *O Sentido do Imperialismo Português*<sup>(13)</sup> e a Colecção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Nas escolas são organizadas as semanas das colónias, surgem concursos de Literatura Colonial; realizam-se viagens governamentais às colónias, em 1932 "o ministro das Colónias visita o ultramar e, em 1938 e 1939, é a vez do general Carmona visitar a Guiné, Angola e Moçambique. Em 1935, Marcello Caetano é o responsável por um cruzeiro da juventude às colónias e até 1940 realiza-se ainda o Cruzeiro dos Estudantes dos Liceus Coloniais à Metrópole e o Cruzeiro dos Velhos Colonos à Metrópole"<sup>(14)</sup>.

(12) Henrique Galvão, *O Império Português na Iª Exposição Colonial Portuguesa-Album Catálogo*, Porto, 1934, pp. 21-22.

(13) Marinho da Silva, *O Sentido do Imperialismo Português*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Pelo Império, 1942, pp. 85-86.

(14) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, Lisboa,

Finalmente em 1940 temos a Exposição do Mundo Português, obra de exaltação do próprio regime.

### *As campanhas africanas do século XIX*

Como é sabido, as campanhas de ocupação africana surgidas no final do século XIX e continuadas durante as duas primeiras décadas do século seguinte, surgiram da necessidade de Portugal demonstrar, no contexto das determinações surgidas da Conferência de Berlim de 1885, capacidade efectiva de ocupação e domínio dos seus territórios coloniais. Como iremos ver, a produção historiográfica estadonovista à semelhança da que existiu desde a época das campanhas, sobreleva a ténpera guerreira dos soldados portugueses para explicar a conquista do moderno império africano. A historiografia mais recente que se produziu em Portugal, embora não negue o papel que as campanhas tiveram, atribui no entanto maior relevo a outros factores nomeadamente a importância atribuída ao jogo diplomático para a conservação dos territórios africanos na posse de Portugal<sup>(15)</sup>. É evidente que as campanhas tiveram um papel importante na pacificação, ocupação e implantação da autoridade portuguesa nos territórios. Representam um esforço militar e administrativo que conduzirá à formação de um novo "império colonial português"<sup>(16)</sup>. Segundo Luiz Teixeira, um dos representantes da historiografia que exalta as Virtudes guerreiras dos soldados portugueses, Portugal realizou nas possessões ultramarinas, entre 1867 e 1919, 141 campanhas de pacificação e ocupação<sup>(17)</sup>, distribuídas por Angola, Guiné, Índia, Macau, Moçambique e Timor, facto que para a exígua dimensão económica e populacional do país não deixa de ser significativo.

Sem negarmos o papel que as guerras tiveram, esse é no entanto um factor claramente menor, pois não foi o nosso poder

Editorial Presença, 1992, vol. XE, *Portugal e o Estado Novo, (1930-1960)*, pp. 371-372.

<sup>(15)</sup> Vide António José Telo, *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa, 1875-1900*, Lisboa, Cosmos, 1991.

<sup>(16)</sup> Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno*, Lisboa, Sá da Costa, 1979, p. 64.

<sup>(17)</sup> Luiz Teixeira, *Heróis da Ocupação*, Lisboa, 1943, pp. 53-66.

militar oitocentista que afirmou em primeiro lugar a legitimidade portuguesa aos territórios, mas antes o jogo de equilíbrios e ponderações geoestratégicas entre as grandes potências industriais da época. Nesse aspecto saliente-se a atenção e a eficácia da diplomacia portuguesa nos corredores e gabinetes internacionais. Desde meados do século XIX que Portugal seguia com bastante atenção as questões internacionais que diziam respeito aos territórios ultramarinos assumindo junto dos outros países com interesses coloniais uma defesa clara das suas pretensões<sup>(18)</sup>. "É a política externa que explica no fundamental a criação e consolidação do terceiro império" e não os "pobres 'exércitos' enviados para África". Para António José Telo "os verdadeiros criadores do império português não estão nos sertões de África a lutar contra os vátuas; estão nos salões da Europa e, muito possivelmente, o local onde viram mais palmeiras juntas na sua vida foi em Monte Carlo"<sup>(19)</sup>.

Se a política diplomática portuguesa em relação às colónias foi vital para a preservação dos objectivos portugueses, ela dependeu sempre dos interesses das grandes potências da época. A manutenção daqueles territórios na posse portuguesa é, nessa perspectiva, mais uma concessão de outros países, nomeadamente para a Inglaterra, e não tanto o fruto da capacidade efectiva de Portugal. Para o país, a definição das fronteiras de Angola e Moçambique em 1891, após a crise do *Ultimatum*, e em relação às anteriores aspirações imperiais veiculadas no *Mapa Cor-de-Rosa*, é uma clara derrota dos desejos portugueses. No entanto, essa definição acaba por ser a solução menos sofrível se atendermos à fraqueza da nossa capacidade negociadora, e ainda à atenção que aqueles territórios, mesmo depois desses acordos, continuaram a suscitar. Refira-se nomeadamente um tratado mantido em segredo entre a Inglaterra e a Alemanha, datado de 1898, que previa a divisão das colónias portuguesas entre os dois países, caso Portugal não conseguisse assumir as responsabilidades decorrentes dos empréstimos que contraísse. Esse tratado não veio no entanto a consumir-se devido ao desagrado com que a Inglaterra encarava o crescimento da influência alemã naquela zona. Logo em 1877, os

<sup>(18)</sup> Valentim Alexandre, *ob. cit.*, p. 58.

<sup>(w)</sup> A. J. Telo, *ob. cit.*, p. 21.

despachos diplomáticos enviados de Lisboa para Londres elucidam o governo britânico da importância que Portugal poderá adquirir para a política colonial inglesa num contexto concorrencial com a Alemanha. O representante inglês sediado em Lisboa" rejeita a ideia de qualquer desmembramento do império português, que conduziria à venda das possessões, bocado a bocado, a quem mais oferecesse. Convinha mais à Grã-Bretanha reforçar a sua supremacia sobre o continente africano, utilizando Portugal como já utilizava os outros Estados com soberania estabelecida em África" que "faziam 'perfeitamente' o que a Grã-Bretanha lhes dizia para fazerem" (20).

### *A campanha contra o Gungunhana*

Pensamos que não é despicienda a simbologia que esta campanha moçambicana de 1895 ocupa na memória histórica nacional. Foi a primeira resposta efectiva e vitoriosa que Portugal, em termos internos, conseguira alcançar após os traumas provocados pelo *Ultimatum*, demonstrando real capacidade de ocupação do território ao dominar uma revolta que colocara em perigo o seu domínio no sul de Moçambique e desacreditara a sua imagem europeia. Como veremos, a tendência nacionalista da memória que vamos analisar é forte, afinal tratou-se de um momento afirmativo para o orgulho pátrio, onde o heroísmo dos soldados, as adversidades que enfrentaram, nomeadamente a desproporção numérica em combate, tornarão esses confrontos lugares de memória fundamentais.

A revolta de Lourenço Marques de 1894 que marcará o início das hostilidades surge num contexto particularmente delicado. Em 1895, data do início da campanha de pacificação, é também o ano da conclusão da ligação ferroviária entre Lourenço Marques e o Transval. A conclusão desta linha, que se arrastara durante anos, era vital para os interesses portugueses e *boers*, nomeadamente pelas potencialidades de desenvolvimento do território para o interior pelo lado português e o acesso ao mar no caso dos *boers*. Simultaneamente, o interesse alemão e inglês pela região crescera

(20) Valentim Alexandre, *ob. cit.*, pp. 60-61.

depois das descobertas minerais do Transval, tornando a disputa do corredor ferroviário de Lourenço Marques essencial para o acesso a esses territórios. Será neste contexto que os dois países assinarão um pacto secreto prevendo a divisão dos domínios ultramarinos portugueses. Essa eventualidade aconteceria caso Portugal não conseguisse assumir os compromissos decorrentes de empréstimos, que em breve iria contrair, para pagar a indemnização da expropriação da linha ao anterior concessionário<sup>(21)</sup>.

E assim, num momento em que cresce o interesse pela África Austral que o domínio português se vê confrontado com uma revolta negra, liderada pelo régulo Gungunhana, chefe dos Vátuas<sup>(22)</sup>, pondo em causa a autoridade portuguesa praticamente em todo o sul de Moçambique, zona privilegiada para o acesso às comunicações com o interior africano. Neste contexto, particularmente delicado para as autoridades lusas, a subjugação do chefe vátua, conduzirá ao desenvolvimento de uma literatura apologética, que se tornará numericamente significativa no Estado Novo. As memórias de António Ennes, publicadas logo após a campanha, objecto de nova edição em 1945, são um dos textos do género. Efectivamente, a obra do Comissário Régio, apresenta descrições pormenorizadas das várias batalhas, onde a desproporção numérica favorável aos vátuas é constantemente enfatizada, é enobrecida a capacidade de adaptação dos soldados portugueses à adversidade das situações, não é esquecida a protecção divina que acompanhou constantemente as tropas lusas. A adjectivação eufórica de *A Guerra de África em 1895* é profusa no

(21) A conclusão da linha do lado *boer* esteve interrompida durante anos devido à discordância do governo do Transval em relação às tarifas que Mac Murdo, o concessionário a quem Portugal atribuíra a construção da linha, pretendia cobrar pelo transporte de mercadorias no lado moçambicano. Devido ao impasse, Portugal iniciará um processo de expropriação para completar a linha de acordo com os interesses *boers*. Essa situação acabará por arrastar o país para um processo de arbitragem internacional no qual se comprometeu a pagar a indemnização que o tribunal de Bema entendesse como legítimo para salvaguardar os direitos americanos e ingleses.

(22) Os Vátuas pertencem aos povos *ngoni*, oriundos da zona do Natal, que a partir dos anos vinte começaram a invadir o *hinterland* moçambicano. Fixar-se-ão na futura província de Gaza onde irão formar o seu "império militar", Valentim Alexandre, *ob. cit.*, pp. 55.

destaque que concede ao poder do régulo, caracterizado como "colosso", detentor de um exército formidável, calculado entre "cinquenta a sessenta mil guerreiros", considerado a "omnipotência, a onisciência, a vista que perscrutava os pensamentos, o castigo a que nenhuma culpa se esquivava, a majestade a que todas as homenagens se deviam, a soberania a que não se isentava independência alguma". Diz-nos Ennes que quem visse esse negro, chegado a Lisboa com aspecto "boçal, de ar tímido e bonacheirão, não imagina, não acredita, que poder quase sobre-humano ele exerceu sobre multidões humanas"<sup>(23)</sup>. Esta caracterização do vátua destina-se a sobrevalorizar ainda mais a têmpera e a coragem dos soldados portugueses que ao colocarem o "invencível Gungunhana" em fuga pelo mato "como um goso com a língua fora da boca"<sup>(24)</sup> fizera recordar a Ennes as glórias militares do passado, cujo fruto há muito tempo não era saboreado, de tal forma que "supúnhamos [já] não ter dentes para lhe quebrar a casca"<sup>(25)</sup>.

### *Os Heróis*

Luiz Teixeira, num testemunho datado de 1949, afirma que falta em Lisboa um monumento que recorde os heróis da ocupação. Lisboa já tem o castelo de S. Jorge, "homenagem aos fundadores", tem os Jerónimos símbolo da "época de oiro dos descobrimentos e conquistas", tem os Restauradores, "testemunhando gratidão aos que, depois da tenebrosa noite da História, criaram a radiosa claridade da manhã pura e alegre da independência", tem o monumento à Guerra Peninsular "em louvor do sentimento com que tradicionalmente, castigamos as excessivas atitudes dos estranhos", o monumento aos mortos da Grande Guerra assinalando a "vitalidade das energias da raça no mundo dos nossos dias", faltando "nesta cadeia de consagrações, as pedras votivas onde os portugueses de hoje e do porvir possam ler estas palavras de Mouzinho, que são a legenda de uma escola de heróis e de um (\*)

(\*) António Ennes, *A Guerra de África em 1895*, Lisboa, Edições Gama, 1945, pp. 467-471.

(<sup>24</sup>) *Idem*, p. 423.

(<sup>25</sup>) *Idem*, p. 173.

período da vida nacional: *'Este Reino é obra de soldados. Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na História do Portugal contemporâneo escrevemo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África, com as pontas das baionetas e das lanças a escorrer sangue'*"<sup>(26)</sup>. Ainda na mesma publicação, que reúne textos anteriormente editados pelo jornalista, este volta a referir-se ao mesmo assunto por ter conhecimento de que estaria para ser construído um monumento aos heróis da ocupação em Lisboa aproveitando para sugerir o seu. Nele deve-se "evocar Couceiro jogando a vida com a serenidade de um sorriso, num delírio de brio, num rasgo de audácia quase louco [...] quando, nas vésperas de Maguí, exigiu sozinho, a milhares de inimigos a entrega de Matibejana; Caldas Xavier [...] também sozinho, num barracão de zinco, fazendo frente com a sua Mauser à avalanche negra da Zambézia revoltada; aos homens de Marracuene tontos de cansaço, sob a chuva, encharcados e tiritando de febres, a rilhar na escuridão coisas duras, frias, húmidas e bolorentas; Orneias escorrendo sangue de várias feridas, na tarde de Mujenga, e não parando nunca no seu desembaraço de destruição e de castigo; [...]Será possível um monumento assim? Onde está o artista que se proponha dar a um bloco de pedra ou de bronze a palpitação das horas cruciantes dos quadrados, o estoiro das investidas nas florestas, o martírio das colunas perdidas, sufocadas de calor, queimadas de sede, cambaleantes de sono, mal lobrigando entre as pálpebras meio fechadas pela fadiga o luzeiro de esperanças da bandeira que tremulava à frente, rota e enegrecida pela pólvora dos combates?"<sup>(27)</sup>.

É desta forma, indiscutivelmente elucidativa, que assistimos à colocação dos heróis da ocupação entre o galarim do panteão nacional. A sua áurea mitológica foi adquirida de duas formas. Ou pela sua acção militar, onde a coragem temerária é a imagem mais frequente, ou pelo seu desempenho governativo, sendo aqui os qualificativos da competência e da dedicação pátria os principais substantivos a colocar estes homens fora do rol dos comuns.

Em relação à componente guerreira, todos os membros do estado-maior de António Ennes<sup>(28)</sup> aparecem sobredotados,

<sup>(26)</sup> Luiz Teixeira, *Alvorada de Agosto...*, pp. 143-144.

<sup>(v)</sup> *Idem*, pp. 150-152.

<sup>(28)</sup> Os heróis que analisaremos pertencem, com excepção de Mouzinho de Albuquerque, ao estado-maior de António Ennes. Segundo a *Guerra de África*

salientando-se a capacidade estratégica e os exemplos de heroicidade ímpar como constantes na caracterização da conduta destes homens. Caldas Xavier, o único que morreu durante a campanha vítima da doença, verá a sua memória ser exaltada por personalidades como Eduardo de Noronha em *Caldas Xavier - O Que Nunca Viu a Cor ao Medo*, Luiz Teixeira em *Alvorada de Agosto* ou *Heróis da Ocupação*, Barradas de Oliveira com *Caldas Xavier - O Maior de Todos*, Manuel Múrias com *Caldas Xavier* ou ainda Silva Tavares em *Caldas Xavier - Herói do Império*. Nelas é exaltado pela nobreza de sentimentos, pela firmeza do carácter, pelas capacidades de organizador, "pelo seu fervor nos destinos da Pátria", adorado pelos indígenas como uma "divindade benéfica" que ensinava novos "processos de lavoura"<sup>(29)</sup>. Como soldado, pela sua grandeza humana, foi considerado por Barradas de Oliveira como aquele que mais se notabilizou na época<sup>(30)</sup>, com "brasas nos olhos perscrutadores, fulgor que animava os tímidos, mantinha em respeito os audaciosos e aterrorizava os inimigos"<sup>(31)</sup>. Conservará entre os demais a diferença de ser um herói socialmente próximo do povo, pertencente à classe média, que conquistou o título por direito próprio, "e não por mor dos avós que estiveram em Aljubarrota e batalharam nas índias"<sup>(32)</sup>.

A memória histórica de Eduardo da Costa notabiliza-o no aspecto militar pela capacidade estratégica. Luiz Teixeira considera-o uma "enciclopédia em ciências militares"<sup>(33)</sup>. Para além daquele autor, Marcello Caetano com *Factos e Figuras do Ultramar* e Bello de Almeida em *Eduardo da Costa*, dedicaram a este herói páginas de exaltação. Igualmente Freire de Andrade surge como herói discreto, que se eleva pela capacidade de sofrimento, insistindo, segundo

de 1895 de Ennes, no comando temos o próprio Comissário Régio, António Ennes, segue-se-lhe o major Caldas Xavier, o capitão Eduardo da Costa, o capitão Freire de Andrade, o primeiro-tenente Henrique de Paiva Couceiro e o capitão Aires de Ornelas.

<sup>(29)</sup> Eduardo de Noronha, *Caldas Xavier - O Que Nunca Viu a Cor ao Medo*, Lisboa, Cosmos, s.d., pp. 28-37.

<sup>(30)</sup> Barradas de Oliveira, "Caldas Xavier - O Maior de Todos", *Diário da Manhã*, Lisboa, 7/4/1953.

<sup>(31)</sup> Luiz Teixeira, *Heróis da Ocupação...*, p. 23.

<sup>(32)</sup> Barradas de Oliveira, *ob. cit.*

<sup>(33)</sup> Luiz Teixeira, *Alvorada de Agosto...*, p. 23.



nos conta Antonio Ennes, em viver em situações piores que a dos soldados<sup>(34)</sup>. Caetano também o virá a colocar entre as grandes figuras do Ultramar<sup>(^)</sup>. Aires de Orneias, outro dos participantes da campanha, na biografia sumária de Eduardo Lupi, é elevado pela sua ascendência que o coloca entre o melhor do "escol da raça portuguesa" descendente em ambas as linhagens de "grandes famílias portuguesas"<sup>(^36)</sup>.

Paiva Couceiro é provavelmente, depois de Mouzinho de Albuquerque, o outro grande herói da memória histórica das campanhas. Personalidade que concentra diferentes campos de interesse, facto que lhe confere uma força maior e mais diversificada que as anteriores. A bibliografia alusiva a este herói é mais numerosa que para os anteriores. Francisco Manso Preto Cruz dedicou-lhe três obras, *O Exemplo Político de Paiva Couceiro*, *O Triângulo Estratégico e a Aliança Inglesa de Henrique de Paiva Couceiro* e a *Chronica do Exílio*, João Ameal também produziu um pequeno texto biográfico para a Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Luiz Teixeira na já citada *Alvorada de Agosto*, Júlio de Castro Lopo com *Paiva Couceiro, Uma Grande Figura de Angola*, também dissertaram sobre esta figura. As suas qualidades humanas atribuem-lhe uma identidade única onde o seu patriotismo, o fervor católico, e o respeito pelo matrimónio atingiram níveis de exemplaridade<sup>(37)</sup>. Considerado um "militar inteligente, heroico e esforçado, na escola e no temperamento dos cavaleiros medievais"<sup>(^38)</sup>, que para além de ter pertencido à geração que assegurou o direito de posse portuguesa ao império lusitano no século XIX, integrou também a "falange aguerrida que sustentou, contra o desânimo, o pessimismo e até a traição às nossas melhores tradições históricas, a luta sem par que reteve o Império português na marcha para o seu definitivo ocaso"<sup>(39)</sup>. As qualidades do herói começam em África onde irá "cobrir-se de glória", sendo memorável \* (\*)

(34) António Ennes, *ob. cit.*, p. 368.

(\*) Marcello Caetano, *ob. cit.*, p. 110.

(36) Eduardo Lupi, *Aires de Orneias*, Lisboa, Pelo Império, 24, Agência Geral das Colónias, 1936, pp. 5-25.

O Francisco Manso Preto Cruz, *Chronica do Exílio*, Lisboa, Chronica do Exílio, 1,1961, p. 8.

(38) Alberto de Lemos, *apud* Júlio de Castro Lopo, *Paiva Couceiro. Uma Grande Figura de Angola*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1968, p. 116.

(") Alberto de Lemos, *apud* Júlio de Castro Lopo, *ob. cit.*, p. 116.

um episódio em que avançou com cinco companheiros, "por entre centos de negros de azagaias prontas e armas aperradas, a reclamar em altas vozes a entrega do régulo insurrecto Matibejana e a ameaçar ainda para o caso de não lhe obedecerem"<sup>(40)</sup>. O estatuto de líder monárquico conferirá a este herói uma particularidade que o distingue em relação aos demais. Não só será admirado pela coragem com que afrontou a República e o inconformismo que adoptou em relação ao Estado Novo, vindo a ser exilado nas Canárias<sup>(41)</sup>, mas em torno de si, nascerá um culto messiânico, destinado a servir de motor regenerador contra a degradação em que a sociedade portuguesa entrara depois da queda da monarquia<sup>(42)</sup>.

(\*o) João Ameal, "Paiva Couceiro...", p. 198.

(41) *Idem, ibidem*.

(42) Francisco Manso Preto Cruz afirma que "ao rezar todos os dias a oração da manhã [sente] que o Exemplo Político de Henrique de Paiva Couceiro — Herói Perfeito e luminoso Chefe Monárquico — se engrandece à medida que o tempo passa na vertiginosa corrida para o infinito, projectando sempre com mais intenso brilho nos corações dos Portugueses a luz criadora da Realeza que há-de salvar, mais uma vez, a Civilização Cristã espalhada nas terras continentais e ultramarinas pelos nossos heróis" [F. M. Preto Cruz, *Chronica do Exílio...*, p. 42]. Essa invocação libertadora é também visível nas comemorações que se realizam em honra da sua memória. O *Exemplo Político de Paiva Couceiro*, é recebido elogiosamente pela crítica por retratar "a figura gigantesca de Paiva Couceiro", personalidade que se deveria "fundir em bronze para cada quartel, repartição e escola, como divisa de gente de carácter, de que foi e é modelo" [*Brotéria, apud* F. M. Preto Cruz, *O Triângulo Estratégico e a Aliança Inglesa de Henrique de Paiva Couceiro*, Lisboa, 2ª ed., 1959, p. 57], ou ainda porque é um "livro [que] devia andar nas mãos de todos os portugueses, porque é um breviário de fé e de patriotismo que faz bem às almas, e sobretudo, às da Mocidade, em que Couceiro depositava as melhores esperanças" [*Gil Vicente, apud* F. M. Preto Cruz, *O Triângulo Estratégico...* p. 57]. O *Triângulo Estratégico e a Aliança Inglesa*, publicado em 1959 para recordar o 15º aniversário da sua morte e *A Chronica do Exílio*, de 1961, destina-se a celebrar o centenário do nascimento do herói. A propósito da comemoração do 18º aniversário da sua morte, a 11 de Fevereiro de 1962, recordam-se textos publicados no ano anterior, alusivos ao centenário do nascimento, em que é novamente lembrado como um herói messiânico e libertador da decadência vigente. Diz-se então que "os companheiros, amigos e admiradores de Paiva Couceiro, mandam rezar uma missa de Acção de Graças comemorando o centenário do seu nascimento em 30 de Dezembro de 1861 e pelo combate criador e viril que travou

Como estadistas, a folha de serviços destes grandes homens confere-lhes também um relevo acima do comum. Todos os heróis que referimos anteriormente, excepto Caldas Xavier, que faleceu durante a campanha, desempenharam funções de estado. Desta forma a dedicação destes heróis à pátria se completa. Anteriormente foram elogiados por arriscarem a vida na defesa do império, agora surgirão no desempenho governativo, onde a acção construtiva é constantemente dignificada. António Ennes, herói por via exclusiva dos cargos que desempenhou, terá a sua obra constantemente referida como modelo<sup>43</sup>). Para Marcello Caetano, na história da campanha de 1895 não conhecemos suficientemente bem a "parte que nessas vitórias coube a António Ennes e o esforço de energia moral, aplicação intelectual e sacrifício físico que dele exigiram" pois para além de governar a província, reorganizar a administração e estimular a economia, atentar nos problemas do porto e do caminho de ferro para o Transval, o Comissário Régio tinha de "conduzir superiormente as operações, [...] suportar as críticas de todos e de responder perante a Metrópole pela sua actuação"<sup>44</sup>). Nessa medida, Caetano salienta o "tacto", a "paciência, inteligência e energia" com que Ennes teve de actuar, sem descurar o comando de todo o conjunto, sem se desviar do objectivo fundamental, e nomeadamente, "fazer com que no resultado final só se vissem os lados heroicos e as feições prestigiantes"<sup>45</sup>).

Eduardo da Costa<sup>46</sup>) exerceu, na opinião de Caetano, uma influência determinante no estabelecimento dos princípios do

vitoriosamente contra uma sociedade em putrefacção, lançando com sucesso as bases essenciais para a reconquista política, social e moral de uma Nação exemplar, como aquela que levou Nosso Senhor Jesus Cristo a metade do Mundo" [F. M. Preto Cruz, *Chronica do Exílio...* p. 38].

<sup>(ii)</sup> Ministro da Marinha e Ultramar em 1890, Comissário Régio em Moçambique em 1891 para pôr em execução o Tratado Luso-Britânico desse ano, mandato em resultado do qual produziu um "relatório monumental sobre Moçambique, pedra basilar de todo o estudo da moderna administração colonial portuguesa" [M. Caetano, *ob. cit.*, pp. 88-108]. É de novo nomeado Comissário Régio em terras moçambicanas, a partir de 1894, agora para debelar a revolta *vá tua*.

<sup>(M)</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>I<sup>85</sup>)</sup> *Idem*, p. 110.

<sup>(\*)</sup> Foi o primeiro governador do distrito de Moçambique, assumiu igual cargo em Benguela em 1903 e governador geral de Angola em 1906 [Bello de Almeida, *ob. cit*]

sistema de administração civil das possessões africanas<sup>(47)</sup>, facto injustamente esquecido na opinião de Bello de Almeida, comparativamente com o relevo adquirido por outros<sup>(48)</sup>. De igual forma Freire de Andrade e Aires de Orneias desempenharam cargos estatais<sup>(49)</sup>. Finalmente o chefe da Monarquia do Norte de 1919 é caracterizado pela memória histórica como um estadista digno de figurar entre os melhores. A sua governação em Angola entre 1907 e 1909 deixou atrás de si um rasto de exemplaridade, quer entre os seus correligionários, quer inclusivamente entre republicanos. "Um dos maiores chefes, em todos os tempos, que passaram até agora pela Administração de Angola<sup>(50)</sup>, diz-nos Júlio de Castro Lopo, ou então, agora na opinião de Norton de Matos, uma carreira "tão gloriosa, tão levantada e digna, tão proveitosa para os destinos da Nação, [...] tão seguramente indicadora do único caminho a seguir para o engrandecimento de Portugal [...] que outra não vejo na História Colonial Portuguesa dos últimos 200 anos que se lhe possa comparar"<sup>(51)</sup>.

A propagação da memória destes heróis foi normalmente feita pelo suporte escrito. No entanto, nem só por esse meio a memória dos heróis se difundiu. A referência a topónimos, a estátuas, a comemorações, que encontramos ao longo da documentação foram outras formas mais eficazes ainda de perdurar e inculcar a evocação destes homens. A colónia moçambicana, agradecida pelos serviços prestados por António Ennes "erigiu-lhe um monumento em Lourenço Marques"<sup>(52)</sup>, e igualmente na capital moçambicana, um colégio<sup>(53)</sup>, um liceu, e uma rua adquiriram o seu nome<sup>(54)</sup>. Um galardão jornalístico, o prémio António Ennes, instituído pelo SNI \* i

(\* ) Marcello Caetano, *ob. cit.*, p. 111.

i<sup>46</sup>) Bello de Almeida, *ob. cit.*, pp. 70-71.

(") O de governador geral de Moçambique no primeiro caso [Marcello Caetano, *ob. cit.*, p. 110] e ministro da Marinha, funções de deputado e desempenho de missões diplomáticas no segundo [Eduardo Lupi, *Aires de Orneias*, Lisboa, Pelo Império, 24, Agência Geral das Colónias, 1936, pp. 11-25].

<sup>(50)</sup> Júlio de Castro Lopo, *ob. cit.*, p. 14.

<sup>(51)</sup> *Idem*, p. 273.

<sup>(52)</sup> Banha de Andrade, "Enes, (António José)", in *Enciclopédia Luso-Brasileira*, Lisboa, Verbo, 7<sup>o</sup>, p. 540.

<sup>(53)</sup> *Espectáculo*, Lourenço Marques, 22 Ago. 1953.

<sup>(54)</sup> Informações baseadas em testemunho oral.

e pela Agência Geral das Colónias, "destinado ao jornalista da imprensa regional metropolitana que melhor trate no decurso de um ano, numa série de pelo menos seis artigos, os problemas ultramarinos"<sup>(55)</sup>. De igual forma a colónia angolana irá perenizar Paiva Couceiro. Várias ruas, praças e localidades de Angola vão ter o seu nome. Em Luanda a Rua de Paiva Couceiro, em Benguela o Largo Governador Paiva Couceiro, em Sá da Bandeira a Rua de Paiva Couceiro, a povoação de Quipungo adquiriu o nome de Vila Paiva Couceiro. Em Lourenço Marques existiu também a Rua de Paiva Couceiro<sup>(56)</sup>.

### *Mouzinho de Albuquerque*

De todos os heróis que estudámos em relação à campanha a que nos temos vindo a referir, Mouzinho será aquele que vai reunir em torno de si a maior áurea mitológica. Ele é o autor da prisão do Gungunhana, quando este já se encontrava em fuga depois da última derrota em Coolela. Essa detenção deu-se em Chaimite, "espécie de cidade santa dos vátuas"<sup>(57)</sup>, em que Mouzinho com "46 praças"<sup>(58)</sup> avançou por entre a guarda pessoal do chefe vátua, calculada em cerca de "250 ou 300 pretos"<sup>(59)</sup>, e o prendeu sem ter disparado qualquer tiro.

A temeridade do acto levará à produção de uma vasta bibliografia onde o feito, a personalidade e a posterior obra governativa de Mouzinho são exaltados. Embora não tivéssemos a preocupação em ser exaustivos na recolha que fizemos, de 1893 a 1986, recenseámos 170 obras que se debruçam sobre a personalidade do herói.

Da lista bibliográfica que coligimos interessa salientar globalmente alguns aspectos relevantes. Em primeiro lugar, a \* i

(<sup>55</sup>) *Jornal de Letras e Artes*, Lisboa, 26 Jun. 1963.

(<sup>56</sup>) Júlio de Castro Lopo, *Paiva Couceiro. Uma Grande Figura de Angola...*, pp. 274-275.

(<sup>57</sup>) Mouzinho de Albuquerque, *Livro das Campanhas*, I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939, p. 25.

(<sup>58</sup>) Mousinho de Albuquerque (outros), *A Campanha das Tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane*, Lisboa, M. Gomes, 1897, p. 238.

(<sup>59</sup>) *Idem*, *Livro das Campanhas...*, p. 27.

notória diferença entre a produção historiográfica do período que vai de 1893 a 1909 (29 títulos) e o período que vai de 1910 a 1925 (8 títulos), dissemelhança que adquire maior significado se acrescentarmos que ambas foram produzidas num espaço temporal, sensivelmente igual (16 anos para o primeiro período e 15 anos para o segundo). Em segundo lugar, a elevada produção historiográfica registada desde 1926 até 1974 (118 obras) e, finalmente, a permanência dessa memória histórica para além de 1974 até 1986 (3 obras<sup>60</sup>). Se não causa admiração a forte produção historiográfica surgida com a implantação do salazarismo, o mesmo já não poderemos dizer em relação à reduzida memória do período que se inicia com a Primeira República. Como nos orientámos somente em conseguir uma amostragem significativa da memória histórica do herói de Chaimite, não tivemos a preocupação em ser exaustivos nesse levantamento, pelo que admitimos a existência de outras obras. No entanto, embora aceitando essa hipótese, o número de referências à memória de Mouzinho não deixa de ser pouco relevante, índice que pode levantar problemas interpretativos, conhecendo nós o peso que as campanhas tiveram na memória colectiva portuguesa.

O recurso iconográfico será, para além da produção historiográfica, o segundo núcleo documental que utilizaremos. Este tipo de memória, que tem na imagem o suporte fundamental de propagação, que é de mais fácil assimilação que a evocação baseada na produção escrita, terá uma proliferação significativa em torno de Mouzinho de Albuquerque<sup>(61)</sup>. As áreas em que captámos a proliferação simbólica da evocação do herói distribuem-se pela toponímia, pintura, fotografias<sup>(2)</sup>, escultura, comemorações e instituições. Globalmente, desde 1896 até 1993, registámos 173 referências onde de forma simbólica a lembrança do herói é projectada no inconsciente colectivo.

<sup>(60)</sup> A estes totais parciais é necessário acrescentar 12 obras não datadas para completar o global de 170.

<sup>(61)</sup> Dentro dos factores de propagação da memória não queríamos deixar passar a oportunidade de referir a necessidade de se verificar igualmente o destaque conferido ao herói nos programas e manuais de ensino, investigação que no entanto não tivemos possibilidade de concretizar.

<sup>(\*)</sup> Sobre este elemento iconográfico *vide* a dissertação que tem servido de base a este texto.

Durante o Salazarismo<sup>(63)</sup>, vamos assistir ao crescimento da memória histórica sobre Mouzinho. Registámos um total de 118 títulos que abrangem reedições de textos da sua autoria (28) e obras sobre aspectos diversos da sua personalidade ou da sua acção enquanto herói ou administrador (90). Comparativamente com os períodos anteriores, é visível o crescimento da produção histórica sobre o herói, incremento esse que avança por terrenos até aí mal explorados ou mesmo inexplorados.

Data	Autor	Bibliografia sobre M. de Albuquerque 1926-1974
1929	Fortunato de Almeida	História de Portugal. Tomo VI (1816-1910)
1929	Rui Chianca	Notícia Histórico-Genealógica das famílias M. de A. e Perestelo de Vasconcelos
1930	F. Toscano e J. Quintinha	A derrocada do império Vátua e Mouzinho de Albuquerque (T)*
1930	F. Toscano e J. Quintinha	A derrocada do império Vátua e Mouzinho de Albuquerque (2*)*
1930	Rocha Martins	D. Carlos. História do seu reinado
1931	Carlos Selvagem	Portugal militar
1933	Rocha Martins	Histórias das colónias portuguesas
1934	Eduardo de Noronha	Mouzinho de Albuquerque; o militar, o colonial, o administrador
1935		Catálogo da exposição de Mouzinho de Albuquerque
1935	Silva Tavares	O culto do dever. Episódio da mocidade de Mouzinho de Albuquerque
1935	F. Toscano e J. Quintinha	A derrocada do império Vátua e Mouzinho de Albuquerque (2^)
1935	José de Magalhães Basto	Política militar portuguesa da última década do século XIX e Mouzinho de Albuquerque
1935	Amadeu Cunha	Mouzinho - Grande capitão de África (I)
1935	Amadeu Cunha	Mouzinho - Grande capitão de África III^^
1935	José de Campos e Sousa	Mouzinho de Albuquerque. Subsídios para a sua História
1935	A. de Magalhães Basto	Poeira dos Arquivos
1935	João Pedro de M Gaivão	Dois coloniais. João Gaivão e Luis Gaivão
1935	Damião Peres	História de Portugal (Barcelos)
1936	Amadeu Cunha	Mouzinho - Grande Capitão de África^ni2
1936	Amadeu Cunha	Mouzinho - Grande Capitão de África PQ
1936	Amadeu Cunha	Mouzinho - Grande Capitão de África Q__
1936	Alfredo Pimenta	Chaimite
1936		Boletim da Agência Geral das Colónias dedicado ao dia de Mouzinho
1936	Carlos Parreira	Mouzinho - Esboço para um retrato psicológico
1936	João Pedro de M Gaivão	Mouzinho de Albuquerque
1936	Nunes de Oliveira	^^ra^ão_a_Mouzhin^
1936	Numa Pompilio	Pátria de heróis
1936	Laurenço Caiola	António Ennes
1936	Marquês de Lavradio	Portugal em África, depois de 1851. (Subsídios para a história^)
1936	Juliano Quintinha	^Figuras das guerras de África
1937	Irene Alice de Oliveira	As campanhas de Moçambique de M de Albuquerque (1^)

(«) Por razões que se prendem com a economia deste texto não poderemos abordar, como fizemos na nossa dissertação, o período final da Monarquia Constitucional, da República e do pós 25 de Abril. Para uma análise mais abrangente do tema sugere-se a sua consulta. No entanto, sempre que o considerarmos indispensável, não deixaremos de fazer as necessárias referências aos citados períodos.

1937	Pereira Matos	À memória de Mouzinho de Albuquerque
1937	José J. Teixeira Botelho	Ocupação militar de Moçambique, Resumo histórico
1937		Catálogo da exposição histórica da ocupação
1938	Ferreira Martins	Mouzinho (1 <sup>o</sup> )
1938	Mário Gonçalves Viana	Mouzinho de Albuquerque
1938	Gaspar do C. Ribeiro Vilas	História Colonial
1939	José Osório de Oliveira	Retrato de Mouzinho
1939	Eduardo da Costa	Colectânea das principais obras militares e coloniais
1939	Ferreira Martins	Glórias e martírios da colonização portuguesa
1940	João José Soares Zilhão	Mouzinho
1940	Irene Alice de Oliveira	As campanhas de Moçambique de Mouzinho de Albuquerque (2)
1941	A Emílio Gomes	Mouzinho Herói de África
1941		Relatório e contas da subcomissão executiva de Lisboa do monumento a M.A
1941	Belo de Almeida	Eduardo da Costa
1942	Alberto e F. A. Toscano	O Oriente Africano. Síntese cronológica da história de Moçambique
1942	Adolfo Simões Muller	O feiteiro da cabana zaul
1944	Amadeu Cunha	Mouzinho - A sua obra e a sua época
1944	Ferreira Martins	Virtudes militares na tradição histórica de Portugal
1945	Marcello Caetano	No cinquentenário de Chaimite
1945	Marinho da Silva	João de Azevedo Coutinho
1946	Mário Costa	Bibliografia geral de Moçambique
1946	Ramalho Ortigão	Últimas farpas (1911-1914)
1946	João José Soares Zilhão	A campanha decisiva de 1895 em Moçambique
1947	Marcello Caetano	As campanhas de Moçambique em 1985 segundo os contemporâneos
1948	Rui P. M. e Vasconcelos	Albuquerque da Beira - Subsídios para a sua genealogia
1949	Luiz Teixeira	Alvorada de Agosto
1949	Luiz G. de Almeida de Eça	Achegas para a bibliografia de Moçambique. Novos subsídios para um estudo completo
1949	Eduardo do Couto Lupi	A campanha contra o Gungunhana - 1 <sup>o</sup> cinquentenário
1952	Filipe G. de Almeida de Eça	Notas bibliográficas acerca de Mouzinho de Albuquerque
1952	Ferreira Martins	Marinheiros em terra. Recordações do passado estimulantes do futuro
1953	Nunes de Oliveira	Ao serviço do Ultramar
1955	Luiz F. de Oliveira e Castro	Mouzinho - A sua vida e a sua morte
1955		Livro do centenário de Mouzinho de Albuquerque
1955	Luiz Teixeira	Consciência de cumprir apenas um dever
1955	Affonso Botelho	Joaquim Mouzinho de Albuquerque - O Chefe (1 <sup>o</sup> )
1955	Museu de Angola	Mouzinho, Bibliografia. Iconografia
1955	Lopes Alves	Homenagem da Marinha de Guerra no Centenário de Mouzinho
1955	Filipe G. de Almeida de Eça	Bibliografia de Mouzinho
1956	Sarmiento Rodrigues	Pensamento e acção de M. em Moçambique
1956	Mário de Albuquerque	A efigie de Mouzinho
1956	António A. E Mendes Correia	Mouzinho português de ouro
1957	Nunes da Ponte	Mouzinho de Albuquerque e a cidade do Porto
1957	António G.G.R. de Carvalho	As campanhas ultramarinas de Gomes da Costa (2 <sup>o</sup> )
1957	Diogo de Távora	Mouzinho - O herói da ocupação
1958	Rodrigues Cavalheiro	Três grandes sombras. Prefácio às cartas de M. de Albuquerque ao conde de Arnoo
1958	Affonso Botelho	Joaquim M. de Albuquerque - O chefe (2 <sup>o</sup> )
1958	João Ameal	Obreiros de quatro impérios
1958		Exposição Histórico-Militar em homenagem a M. A no 1 <sup>o</sup> Centenário do seu nascimento
1958	Luís António de C. Veigas	Relatório apresentado a S. Exa. o Ministro do Ultramar (centenário de Mouzinho)
1958	Filipe G. de Almeida de Eça	Ecos do Centenário de Mouzinho
1959	Francisco Quintela	Comentários ao ataque de A. B. Freire à Genealogia da Família M. A. ...
1962	Fernanda M de Albuquerque	Esclarecendo uma comunicação do Marques de São Payo...
1965	Luís A. Ferreira Martins	Mouzinho (2 <sup>o</sup> )
1966	Ávila de Azevedo	A geração de Mouzinho



1967		Aniversário do combate de Macontene	
1971	Fernando de P. M. de A e Cunha	Mouzinho de Albuquerque - Subsídios histórico-genealógico-biográficos ascendentes e afins	
1972	Marques de São Payo	Fernando de C. Pereira M. de Albuquerque e Cunha - Mouzinho de Albuquerque (uma revisão)	
1973	Fernando P. M. de A. e Cunha	Carta aberta ao crítico S. P. sa Revista Armas e Troféus...	
1973	Marcello Caetano	Factos e Figuras do Ultramar	
Total de Bibliografias			90

Fontes: Filipe Gastão de A. de Eça, *Notas Bibliográficas acerca de Mouzinho de Albuquerque*, Catálogo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Museu de Angola, *Mouzinho. Bibliografia-Iconografia*.

Ainda que a esmagadora maioria das memórias sejam as biografias, estas no entanto avançam por áreas como a linhagem do herói ou a descoberta da própria memória histórica já existente sobre Mouzinho, sendo em muitos casos obras de carácter comemorativo. Embora a produção historiográfica seja constante, ao longo do período que vai de 1926 a 1974, é possível observar uma grande concentração de textos entre 1930 e 1958, desde a ascensão de Salazar ao poder até à reedição de alguns textos a propósito da comemoração do centenário do nascimento do herói.

De igual forma em relação aos símbolos iconográficos. O seu crescimento numérico é bastante significativo, factor que evidencia a atenção dispensada pelo salazarismo a essas formas de propagação da memória. Ao nível da toponímia surgem 17 indicações dispersas por Portugal (10), Moçambique (2), Angola (4) e Guiné (1H<sup>64</sup>). A iconografia apresenta uma certa riqueza comprovável nos autores que dedicaram o seu trabalho ao herói: Roque Gameiro, Columbano, Eduardo Malta, José Malhoa, Costa da Mota, José Simões de Almeida e António do Couto são nomes de artistas que se debruçaram criativamente sobre a personalidade de Mouzinho. A dispersão geográfica onde surgem as referências abrange praticamente todo o território nacional e ultramarino, salientando-se em relação às restantes o continente e a província moçambicana. Sobre as comemorações coligimos um total de 42 referências, destacando-se claramente a festa centenária do nascimento do capitão de Chaimite com 29 localidades onde essa

(<sup>64</sup>) Neste aspecto gostaríamos de salientar desde já que, segundo dados fornecidos pela Telecom Portugal, a presença toponímica de Mouzinho de Albuquerque em 1993 é visível em 107 referências, distribuídas por todo o território nacional. Para mais detalhes *vide* a dissertação de mestrado por nós realizada.

efeméride foi celebrada, surgindo também aniversários da morte (2) e evocações em torno de Chaimite (5) ou Macontene (3).

Pensamos que este total de referências é já um pouco elucidativo da atenção particular que o regime salazarista concedeu a estas formas de perenizar a memória. Repare-se no peso quantitativo que a festa evocativa adquire no culto do herói e especialmente nas implicações que essa situação teria ao nível da fixação desta imagem na população. Como eram efemérides que na sua maioria solicitavam a participação popular, e pelo seu pendor nacionalista, bem como o grau de repetição com que se realizavam, devem ter sido um dos melhores meios que o Estado Novo desenvolveu para criar e eternizar uma memória patriótica em torno das figuras que lhe eram gradas. De igual forma, em

Data	Portugal	Toponímia	Iconografia	Comemorações
1929*			Aguarela de Roque Gameiro	
1935	Lisboa			Exposição de M. de Albuquerque
1935	Lisboa			30º Aniv. Chaimite
1936				Dia de M. Albuquerque (21/7)
1936*	Lisboa		Retrato a Óleo de Columbano	
1936	Lisboa			34º Aniv. Morte de M. A.
1937	Leiria			Lápide Com. do Nascimento
1940	Lisboa			45º Aniv. Chaimite
1943*	Braga	Praça M. de Albuquerque		
1943*	Lisboa	Quinta M. de Albuquerque		
1943*	Matosinhos	Praça M. de Albuquerque		
1943*	Matosinhos	Rua M. de Albuquerque		
1943*	V. Nova de Gaia	Rua M. de Albuquerque		
1943*	Porto	Praça M. de Albuquerque		
1943*	Porto	Rua M. de Albuquerque		
1943*	Viseu	Lugar M. de Albuquerque		
1943*	Lisboa	Praça M. de Albuquerque		
1945	Lisboa			50º Aniv. Chaimite
1952	Lisboa			50º Aniv morte de M. A.
1953	Lisboa			Dia de Mouzinho (21/7)
1955	Lisboa		Máscara Mortuária de Mouzinho (Mestre Costa Mota)*	Centenário do Nascimento
1955	Eivas	Parada M. de Albuquerque		Centenário do Nascimento
1955	Leiria			Centenário do Nascimento
1955*			Desenho de Eduardo Malta	
1956	Porto			Exposição Histórico-Militar
1961	Lisboa			Dia de Mouzinho (21/7)
Total de referências				

Fontes: Filipe G. de A. de Eça, *Notas Bibliográficas acerca de Mouzinho de Albuquerque*; Museu de Angola, *Mouzinho. Bibliografia-Iconografia*; Fernando C. P. M. de A. E Cunha, *Mouzinho de Albuquerque..*; *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*; João P. M. Gaivão, *Mouzinho de Albuquerque*; Silva Tavares, *O Culto do Dever*; Nunes de Oliveira, *Oração a Mouzinho*; Irene A. Oliveira, *Campanhas de Moçambique*; Marcello Caetano, *Páginas Inoportunas*; *Diário da Manhã*, 22/7/1961; *República*, 21/7/53.

Nota: as datas com asterisco (\*) referem-se ao momento em que recenseámos a informação contida na linha.

relação à toponímia e à iconografia. A primeira, por identificar espaços urbanos de utilização quotidiana, a segunda, pelo tratamento nobre que a arte sempre confere àquilo que aborda, possibilitariam situações que podiam ser fruídas regularmente pela população, contribuindo também dessa forma para a consolidação da memória do herói na sociedade portuguesa.

Os textos comemorativos são um dos aspectos mais salientes deste período. O centenário do nascimento do herói, em 1955, sobre o qual existe uma publicação específica, e que reúne alguns dos textos que mais tarde serão de novo publicados, é aquele que aglomera maior produção de memória.

Data	Moçambique	Toponímia	Iconografia	Comemorações
1936	Lourenço Marques			31º Aniv. de Chaimite
1940	Lourenço Marques		Estátua Equestre	45º Aniv. de Chaimite
1955	Lourenço Marques	Parada M. de Albuquerque		Centenário do Nascimento
1955	Nampula			Centenário do Nascimento
1955	Nampula			Lápide comemorativa do centenário
1955	Ilha de Moçambique			Lápide comemorativa do centenário
1955*	Lourenço Marques		Retrato a Óleo de José Malhoa	
1955*	Lourenço Marques	Praça M. de Albuquerque		
1955	Vila João Belo			Centenário do Nascimento
1955	Inhambane			Centenário do Nascimento
1955	Beira			Centenário do Nascimento
1955	Tete			Centenário do Nascimento
1955	Quelimane			Centenário do Nascimento
1955	Bha de Moçambique			Centenário do Nascimento
1955	Porto Amélia			Centenário do Nascimento
1955	Vila Cabral			Centenário do Nascimento
Total de referências				

Fontes: Filipe G. de A. de Eça, *Notas Bibliográficas acerca de Mouzinho de Albuquerque*; *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*.

Nota: as datas com asterisco (\*) referem-se ao momento em que recenseámos a informação contida na linha.

Comemorando o centenário do nascimento do herói, recenseámos 38 títulos, 28 dos quais estão integrados no *Livro do Centenário*, sendo as restantes, publicações diversas ou reedições de textos publicados no livro acima referido aquando das festas do centenário<sup>(65)</sup>. Lembrando a sua morte recenseámos dois títulos, um

(65) Luiz Filipe de Oliveira e Castro, *Mouzinho. A Sua Vida e a Sua Morte*, Lisboa, Separata do *Guião*, 1953; Nunes da Ponte, *Mouzinho de Albuquerque e a*

alusivo ao 34º aniversário<sup>67</sup>) e outro sobre o 50º aniversário<sup>67</sup>). Evocativos de Chaimite, coligimos 5 textos: um comemorando o 30º aniversário da tomada de Chaimite<sup>68</sup>), outro recordando o 31º aniversário da prisão do Gungunhana<sup>69</sup>), dois evocativos do 45º aniversário do feito de Chaimite<sup>70</sup>), e finalmente outro texto comemorando o cinquentenário de Chaimite<sup>71</sup>). Comemorando a semana das colónias em 1937 surge uma publicação sobre Mouzinho<sup>72</sup>), e ainda em 1937, outro texto evocando o nascimento do herói na Quinta da Várzea na Batalha<sup>73</sup>), e outro ainda relativo ao aniversário do combate de Maccontene<sup>74</sup>).

*Cidade do Porto*, Porto, 1957 (conferência de encerramento de uma exposição histórico-militar alusiva a Mouzinho de Albuquerque); Afonso Botelho, *Joaquim Mouzinho de Albuquerque - o Chefe*, Lisboa, 2ª ed., 1958 (1ª ed., 1955); Joaquim Mouzinho de Albuquerque, *Ofício Dirigido ao Conselheiro Álvaro da Costa Ferreira na Sucessão do Governo-Geral de Moçambique em 1898*, Lisboa, 1957; *idem*, *Carta de Mouzinho de Albuquerque a Sua Alteza o Príncipe Real D. Luís Filipe*, Luanda, 1955; Mário de Albuquerque, *A Efigie de Mouzinho*, Lisboa, 1957; Vasco Lopes Alves, *Homenagem da Marinha de Guerra no Centenário de Mouzinho*, Lisboa, 1956; Luiz Teixeira, *Consciência de Cumprir Apenas um Dever*, Lisboa, 1955; *Livro do centenário de Mouzinho de Albuquerque, 1855-1955*, Lisboa, Empresa Tipográfica Casa Portuguesa Sucessores, 1955. Como acima referimos, a publicação do centenário, só por si, inclui 28 títulos, alguns deles objecto de posterior segunda edição. Devido à sua extensão, dispensamo-nos de os incluir nesta nota.

(<sup>67</sup>) João Pedro de Mascarenhas Gaivão, *Mouzinho de Albuquerque*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936

(<sup>67</sup>) Filipe Gastão de Almeida de Eça, *ob. cit.*, 1952.

O Silva Tavares, *O Culto do Dever. Episódios da Mocidade de Mousinho de Albuquerque*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935.

(<sup>69</sup>) Nunes de Oliveira, *Oração a Mouzinho*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1937, discurso pronunciado em 28-12-1936, na capital moçambicana, pelo governador geral interino, na cerimónia de lançamento da primeira pedra para o monumento de Mouzinho em Lourenço Marques

(<sup>70</sup>) Irene Alice de Oliveira, *Campanhas de Moçambique - Mouzinho de Albuquerque*, Lisboa, Associação Escolar do Liceu de D. Filipa de Lencastre, 2ª ed., 1940 (1ª ed., 1937); João José Soares Zilhão, *Mouzinho*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1940

(<sup>71</sup>) Marcello Caetano, *Páginas Inoportunas*, Lisboa, Bertrand, s.d. (discurso proferido pela Emissora Nacional em 28 de Dezembro de 1945)

(<sup>72</sup>) Irene Alice de Oliveira, *ob. cit.*

(<sup>73</sup>) Pereira de Matos, *A Memória de Mouzinho de Albuquerque*, S. Gonçalo da Várzea, 1937, *apud* Filipe Gastão de Almeida de Eça, *ob. cit.*, p. 29

(<sup>74</sup>) *Dia da Cavalaria Portuguesa*, Lisboa, 21 de Julho de 1967.

Data	Local	Toponímia	Comemorações
	Guiné		
1955	Bissau	Av. M. de Albuquerque	Centenário do Nascimento
	Angola		
1955	Lobito		Centenário do Nascimento
1955	Luanda	Jardim M. de Albuquerque	Centenário do Nascimento
1955	Malange	Praça M. de Albuquerque	Centenário do Nascimento
1955	Nova Lisboa	Av. M. de Albuquerque	Centenário do Nascimento
1955	Sá da Bandeira		Centenário do Nascimento
1955	Vila Luso	Av. M. de Albuquerque	Centenário do Nascimento
	Cabo Verde		
1955	Praia		Centenário do Nascimento
1955	Mindelo		Centenário do Nascimento
1955	S. Filipe		Centenário do Nascimento
	S. Tomé e Príncipe		
1955	Cidade S. Tomé		Centenário do Nascimento
	Timor		
1955	Dili		Centenário do Nascimento
	Macau		
1955	Macau		Centenário do Nascimento
	Estado da Índia		
1955	Goa		Centenário do Nascimento
			Total de referências 191

Fonte: *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*.

Abordando especificamente as festas do centenário do nascimento do herói em 1955, é interessante deixar também algumas notas, glosando a publicação alusiva e o âmbito geográfico, temporal e programático das comemorações. O *Livro do Centenário*, abre com a *Torre de Menagem*, isto é, com o texto que Mouzinho escreveu ao príncipe real D. Luís Filipe, espécie de *ex-libris* das comemorações. O programa festivo, estende-se de 12 de Novembro, dia do nascimento de Mouzinho de Albuquerque, até 12 de Dezembro do mesmo ano, centenário do seu baptismo na igreja do mosteiro da Batalha. Ao longo de um mês, um vasto programa de iniciativas, foi concretizado quer na Metrópole quer nas províncias ultramarinas. Em Portugal, a sessão solene de abertura realizou-se na Sociedade de Geografia de Lisboa, local onde o herói foi homenageado quando regressou à pátria depois de Chaimite, continuou no dia 14 com uma romagem ao túmulo de Mouzinho no cemitério dos Prazeres, no dia 16, igualmente na Sociedade de Geografia de Lisboa, uma sessão promovida pela Marinha de Guerra, no dia 19, uma sessão especial, no Salão Nobre do Palácio da Independência, dinamizada pela Mocidade Portuguesa em simultâneo com a inauguração da *Exposição Mouzineana* com fins

itinerantes, e ainda no mesmo dia, novamente outra sessão na Sociedade de Geografia, agora da iniciativa do Exército. No dia 21, as comemorações realizam-se em Eivas, na praça-forte onde o herói, em 1895, arrancou com um esquadrão do regimento de Lanceiros, para integrar as forças expedicionárias destinadas a Moçambique. A 25 de Novembro as festas realizam-se em Leiria, por aí ter nascido o herói, na Quinta da Várzea, próximo da Batalha, local de fortes recordações nacionais. Para encerrar o centenário na capital, realizou-se no dia 27 um desfile militar, na Avenida da Liberdade. Finalmente, no dia 12 de Dezembro, por iniciativa da Igreja, realizou-se no mosteiro da Batalha, uma missa de *requiem*, celebrada pelo bispo auxiliar de Leiria, alusiva ao centenário do baptismo de Mouzinho. Após a apresentação das comemorações na Metrópole e no Ultramar, o *Livro do Centenário* apresenta-nos um capítulo com dois estudos críticos, *Joaquim Mouzinho - o 'homem grande' de Moçambique*, por Artur Águedo de Oliveira e *Nas Vésperas de um Centenário - a grandeza de Mouzinho*, de Manuel Dias Belchior. De seguida, um outro capítulo com 11 depoimentos e evocações<sup>75</sup>), seguem-se 8 apontamentos biográficos sobre o berço de Mouzinho, a data de nascimento do herói, o baptismo, a infância, o soldado, as condecorações e honras, a família e a bibliografia de Mouzinho. Finalmente três textos de Mouzinho, uma lista dos sobreviventes da epopeia de África e um texto de encerramento dissertando sobre o sentido nacional das comemorações. Para concluir esta abordagem ao *Livro do Centenário*, diríamos que procura clamar pela

O "Mouzinho, Capitão da Mocidade" de Marcello Caetano, discurso pronunciado junto do túmulo de Mouzinho em 28 de Dezembro de 1940; "Desvenda-se o Enigma do 'Cruel Enigma'" de Júlio Dantas, in *Revista da Cavalaria*, 5 e 6 de 1955, dedicado ao Centenário de Mouzinho; "Joaquim Mouzinho de Albuquerque - O Chefe" de Afonso Talaia e Sousa Botelho da *Revista da Cavalaria*, número comemorativo do centenário do nascimento de Mouzinho; "Onde Estava e Faltou a Espada de Mouzinho" de Júlio Botelho Moniz texto editado no nº especial da *Revista da Cavalaria* dedicado a Mouzinho; "Inéditos de Mouzinho" de Manuel Múrias, editado no *Diário da Manhã* em 11/11/1955; "O Mal do tempo", publicado no *Diário de Notícias* em 12/11/1955; "Mouzinho Pedagogo" de António da Silva Gonçalves; "Mouzinho Escritor" de Cruz Malpique; *Depoimento de um Grande Amigo* do Conde Amoso, saído no *Diário Ilustrado* em 16/2/1902; A "Tenacidade do Cavaleiro Audaz" de Jaime Magalhães de Lima, publicado no *Diário Ilustrado* em 16/2/1902; e "Mouzinho na História de Portugal" de Francisco Veloso.

importância nacional das comemorações, fomentando a ideia de um autêntico movimento patriótico em torno do herói, envolvendo todos os territórios portugueses, onde as grandes instituições nacionais estão representadas, desde a Presidência da República, passando pelas diversas facções das forças armadas, até à Mocidade Portuguesa. Ao mesmo tempo, os textos biográficos publicados, pelas facetas abordadas, como sejam o local de nascimento, o baptismo, a família, a infância, as condecorações, o soldado, destinam-se a criar em torno do herói um conjunto de signos, espécie de relíquias destinadas, em função da sensibilidade e da ocasião, ao culto heroico.

Sobre os textos saídos do punho de Mouzinho e publicados neste período, é interessante salientar uma certa continuidade entre o período da monarquia constitucional e o salazarismo. A *Prisão do Gungunhana* tem a sétima edição (1933), o relatório de Mouzinho sobre o período em que assumiu as funções de Comissário Régio na colónia, *Moçambique 1896-1898*, é publicado pela terceira vez (1934), a carta que Mouzinho escreveu ao herdeiro do trono vai ser objecto de 26 publicações, de 1926 a 1974, num total de 28 em todo o conjunto bibliográfico por nós rastreado.

Data	Bibliografia de Mouzinho de Albuquerque 1926 -1974
1927	A Memória de Joaquim Mouzinho de Albuquerque 2,
1929	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança
1933	A prisão do Gungunhana (7ª)
1934	Moçambique 1896-1898 3^
1934	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança
1935	Livro das Campanhas
1935	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança
1936	Ofício ao Conselheiro Álvaro C. Ferreira sobre o Gov. de Moçambique (1ª)
1937	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança
1938	Ofício ao Conselheiro Álvaro C. Ferreira sobre o Gov. de Moçambique (2ª)
1940	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança
1940	Mouzinho de Albuquerque
1952	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança
1955	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança
1955	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança

1955	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança	
1955	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança	
1955	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança	
1955	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança	
1955	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança	
1955	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança	
1955	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança	
1955	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança	
1955	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança	
1956	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança	
1956	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança	
1957	Ofício ao Conselheiro Álvaro da Costa Ferreira sobre o Governo de Moçambique	
1964	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança	
Total de referências		28j

Fontes: Filipe Gastão A. Eça, *Notas Bibliográficas acerca de Mouzinho de Albuquerque*, Catálogo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

O volumoso número de publicações da carta de Mouzinho ao Príncipe Real, só por si revela a importância atribuída ao texto e merece uma atenção mais cuidada. Marcello Caetano, a propósito da publicação de 1940, salienta a sua "nobreza", a "elevação de concepção e de forma [...], que noutra país figuraria em todas as selectas literárias"<sup>(76)</sup>, ou "a mais alta lição de incorruptibilidade, nobreza moral e política dinástica que um aio real podia ministrar ao seu príncipe"<sup>(77)</sup>, ou ainda por ser um "documento impressionante pelo seu desassombro e fundo patriótico, cuja essência nunca perde actualidade, nem importância, em face dos princípios morais e heroicos nela advogados, tão necessários à espiritualização dos Novos de Portugal" <sup>(78)</sup>. Portanto, para além da intenção comemorativa, pensamos que a frequente reedição do texto, que exalta valores militares, a monarquia, o cristianismo e o império, se deve também à sua utilização como modelo de virtudes, especialmente junto das camadas sociais mais novas.

<sup>(76)</sup> *Apud* Filipe Gastão de Almeida de Eça, *ob. cit.*, p. 11.

C) *Idem*, p. 19.

<sup>(78)</sup> Prefácio à edição de 1964, Mouzinho de Albuquerque, *Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís de Bragança*, Lisboa, Edição da Revista *Defesa Nacional*, 1964, p.1.



Ano	Local	Edições da Carta ao Príncipe Real D. Luis Filipe
1908	Lisboa	Entre Mortos
1929	Lourenço Marques	À Memória de Mouzinho de Albuquerque
1929	Rio de Janeiro	Notícia Histórico-Genealógica das famílias Mouzinho de Albuquerque
1930	Lisboa	A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque (1ª)
1930	Lisboa	A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque (2ª)
1934	Lisboa	Fradique (22/2/34)
1935	Lisboa	A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque (3ª)
1935	Lisboa	Diário de Lisboa (12/8/35)
1937	Lisboa	Arquivo Nacional (nº 270 de 10/3/37)
1938	Lisboa	Mouzinho
1940	Lourenço Marques	Mouzinho de Albuquerque
1952	Lisboa	Educação do Soldado, Escola do Cidadão
1955	Goa	O Heraldo (12/11/55)
1955	Portalegre	A Voz Portulagrense (12/11/55)
1955	Lourenço Marques	Diário de Lourenço Marques (12/11/55)
1955	Régua	Notícias do Douro (13/11/55)
1955	Lisboa	Diário da Manhã (11/12/55)
1955	Lisboa	O Debate (17/12/55)
1955	Lisboa	O Debate (24/12/55)
1955	Bombarral	Ecos do Bombarral
1955	Luanda	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao príncipe Real
1955	Porto	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao príncipe Real
1955	Lisboa	Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque
1956	Praia (Cabo Verde)	Mocidade (15/1/56)
1956		Legião em Marcha (2/56)
1964	Lisboa	Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real
1971	Lisboa	Mouzinho de Albuquerque (O Homem e o Mito) (Diário de Notícias)
1980	Porto	Mouzinho de Albuquerque (O Homem e o Mito)

Fontes: Filipe Gastão A. Eça, *Notas Bibliográficas acerca de Mouzinho de Albuquerque*, Catálogo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Centremo-nos agora no conteúdo da memória histórica que vai de 1926 a 1974. Uma das questões essenciais a formular, é em nossa opinião, indagar os motivos que levaram a que Mouzinho de Albuquerque sobressaia de entre toda a plêiade de heróis dos finais do século XIX. Para de alguma forma conseguir responder àquela interrogação, é essencial analisar a forma como o herói é biografado, pelo que de seguida faremos uma análise do seu currículo, da linhagem, do soldado, do estadista, a esposa, o suicídio e finalmente os signos da memória.

Mouzinho de Albuquerque apresenta um currículo que poderemos apelar de exemplar. Quer como militar ou como estadista, quer ainda ao nível dos louvores, a sua folha de serviços é notável. Governador do distrito de Lourenço Marques entre 1890-1892, participante na campanha de 1895, cabendo-lhe o remate final com a prisão espectacular do Gungunhana em Chaimite, nomeado governador militar do distrito de Gaza em 1895; a 13 de Março de 1896 é nomeado governador de Moçambique, período durante o qual realizou a campanha contra os Namarrais e a 25 de Novembro do mesmo ano ascendeu a Comissário Régio; em 21 de Julho de 1897, comandou a batalha de Macontene, contra Maguiguana, antigo chefe de guerra do Gungunhana, na qual liderou a célebre carga de cavalaria sobre o inimigo; em Julho de 1898 pediu a demissão do cargo; em Dezembro do mesmo ano foi nomeado aio do príncipe real D. Luís Filipe, Oficial-Mor da Casa Real e seu Ajudante de Campo Efectivo<sup>80</sup>)

Relativamente às medalhas e louvores a imagem imponente do herói mantém-se. É considerado patrono da cavalaria portuguesa, por determinação do governo da nação em 1967, e "designado oficialmente para Dia da Cavalaria Portuguesa a data gloriosa de 21 de Julho, aniversário do Combate de Macontene<sup>80</sup>). Oficial da Real Ordem Militar de S. Bento de Aviz; Medalha de Ouro da Classe de Valor Militar; Medalha de Prata 'Rainha D. Amélia'; Medalha de Ouro 'Rainha D. Amélia'; Medalha de Ouro da Classe de Serviços Distintos no Ultramar (Feito heroico de Chaimite, prisão do Gungunhana); Comendador da Antiga e Muito Nobre Ordem de Torre e Espada, de Valor, Lealdade e Mérito; Medalha de Ouro

(<sup>79</sup>) Luís Filipe de Oliveira e Castro, *ob. cit.*, p. 25.

(<sup>80</sup>) *Dia da Cavalaria Portuguesa*, Lisboa, 1967, pp. 3-4.

da Classe de Serviços Distintos no Ultramar (Operações de guerra do Distrito de Gaza, 1897); Comendador Real da Ordem Militar de S. Bento de Aviz; 2ª Classe da Ordem da Águia Vermelha da Prússia, com Espadas; Comendador da Ordem de S. Miguel e S. Jorge, de Inglaterra; Oficial da Legião de Honra, de França; Comendador da Ordem de S. Maurício e S. Lázaro, de Itália; Comendador da Ordem de S. Leopoldo I, da Bélgica; Comendador da Ordem de Carlos III, de Espanha<sup>(81)</sup>. Foi-lhe ainda atribuída uma pensão de oitocentos mil réis, pelos "excepcionais serviços prestados na campanha de Lourenço Marques (1894-1895)" tendo sido "promovido a tenente-coronel, em 14 de Novembro de 1901"<sup>(82)</sup>.

Na linhagem do herói reside na opinião de alguns genealogistas da família, a principal razão para entendermos a diferença que marca Mouzinho de Albuquerque. O capitão de Chaimite descende "de uma das mais antigas e mais nobres famílias que ilustram os anais da história portuguesa"<sup>(83)</sup>, em relação à qual ainda "hoje [...] todo o parentesco é alta honra"<sup>(84)</sup>, e na qual germinou a sua crença religiosa e a sua fé monárquica que o acompanharam ao longo de toda a vida<sup>(85)</sup>. Pertencendo à casta de heróis que ergueu no passado, nas conquistas e descobertas, o nome de Portugal bem alto, "o apelido De Albuquerque provém do castelo e vila de Albuquerque, povoação fronteiriça que foi pertença do Príncipe D. Afonso Sanches, filho bastardo mas primeiro de quantos teve o sexto rei de Portugal D. Dinis"<sup>(86)</sup>. Aquela família, em 1580 aliou-se pelo matrimónio "à antiga e grada família dos Mouzinhos, desde séculos estabelecida na antiga Vila de Vide, e se diz oriunda de Gonçalo Mouzinho, cavaleiro nobre que vivia em 13 de Junho de 1145, servidor de Dom Afonso Henriques na conquista do reino"<sup>(87)</sup>. Pertencendo a uma família com estes pergaminhos, que

<sup>(81)</sup> *idem, ibidem.*

<sup>(82)</sup> Fernando de C. Mouzinho de Albuquerque e Cunha, *Mouzinho de Albuquerque*, Lisboa, 1971, p. 190.

<sup>(w)</sup> Vasco Lopes Alves, *Homenagem da Marinha de Guerra Portuguesa no Centenário de Mouzinho*, Lisboa, 1956, p. 10.

<sup>(84)</sup> Fernando de C. Mouzinho de Albuquerque e Cunha, *ob. cit.*, p. 41.

<sup>(85)</sup> Ferreira Martins, *Mouzinho*, Lisboa, Cosmos, 1938, pp. 11-15.

<sup>(8\*)</sup> Fernando de C. Mouzinho de Albuquerque e Cunha, *ob. cit.*, p. 39.

O *Idem*, pp. 39-40. É interessante registar que em tomo da investigação genealógica sobre Mouzinho de Albuquerque tem existido alguma polémica. O motivo dessas discussões reside, por um lado nos defensores do parentesco

se distinguiu em quatro aspectos, "muito valentes, muito nobres, muito inteligentes e muito pobres"<sup>88</sup>), Joaquim Mouzinho de Albuquerque é assim um continuador natural daquilo que já lhe vinha no sangue.

Falar de Mouzinho enquanto herói é lembrar-lhe as qualidades guerreiras e recordá-las, implica referir dois momentos vitais na vida do capitão: Chaimite e Macontene. O primeiro, integrado na campanha de 1895, o que após uma participação até aí discreta, trouxe Mouzinho para as primeiras páginas da história. Aquele feito, cuja história é "quase mundialmente conhecida"<sup>89</sup>, é "o fecho de abóbada dum edifício", cuja construção "ficaria incompleta, e ruiria possivelmente vítima do tempo"("J, se Chaimite não se tivesse realizado. Macontene já simboliza a utilização perfeita de uma arma até aí por utilizar, a cavalaria, cuja importância foi decisiva na vitória definitiva sobre o Maguiguana, antigo chefe de guerra do Gungunhana. Em ambos os exemplos sobressaem qualidades heroicas diferentes. Se no primeiro caso se realça a "temeridade da aventura na marcha de Chaimite", pois somente utilizou 46 homens na prisão do Gungunhana, no seu próprio reduto, Macontene já simboliza a "coragem reflectida, junto à impecável perfeição da arte militar"<sup>91</sup>). Mas sem dúvida que Chaimite provocará maior impacto na memória colectiva. Em primeiro lugar porque Portugal reconquistou "a consideração da

de Joaquim Mouzinho de Albuquerque em relação às mais antigas famílias portuguesas, e por outro lado, nos partidários da negação dessas antigas ligações. Essa polémica pode ser acompanhada em Francisco Quintella, *Comentários ao ataque de Anselmo Braamcamp Freire à genealogia da família Mouzinho de Albuquerque no seu livro Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, 1959; Fernando de Castro Mouzinho de Albuquerque e Cunha, *Mouzinho de Albuquerque - Subsídios Histórico-Genealógicos-Biográficos Ascendentes e Afins*, Lisboa, História e Genealogia, 1971 ; Marquês de São Payo, *Fernando de Castro Pereira Mouzinho de Albuquerque e Cunha - Mouzinho de Albuquerque (uma recensão)*, Lisboa, 1972; Fernando de C. P. Mouzinho de Albuquerque e Cunha, *Mouzinho de Albuquerque - Provas e Rectificações*, Lisboa, História e Genealogia, 1978.

(88) Mário de Albuquerque, "A Efigie de Mouzinho", in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque...*, p. 40.

(9) Fernando de C. Mouzinho de Albuquerque e Cunha, *ob. cit.*, p. 189.

(90) Alfredo Pimenta, *Chaimite*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Pelo Império, 26,1936, p. 7.

(91) Vasco Lopes Alves, *ob. cit.*, p. 18.

Europa", e também por ter recolocado a nação "no caminho das missões históricas tradicionais"<sup>(92)</sup>. Por isso mesmo, Mouzinho não era do seu tempo, intransigente com a inércia e com a comodidade medíocre, surgiu das "sombras do passado" para "renovar epopeias" e "reconduzir o seu povo nos caminhos luminosos de outrora"<sup>(93)</sup>. Devido ao sebastianismo que o rodeia, Mouzinho será encarado como um dos maiores intérpretes na defesa da nacionalidade, pois se "Nuno Álvares foi o herói da independência de Portugal metropolitano, não será exagero considerar Mouzinho de Albuquerque, o maior obreiro da independência de Portugal Ultramarino"<sup>(94)</sup>. Terminaríamos esta abordagem à heroicidade de Mouzinho, referindo um testemunho curioso de Júlio Dantas. Tendo-o observado um dia na rua, verificou como "correspondia aos cumprimentos em gestos sacudidos, com ar distraído e displicente. Quase toda a gente que passava se voltava para o ver. Era o tributo silencioso que o 'homem da rua' pagava à glória. Esse tributo, porém, sendo sempre de admiração, raras vezes — a não ser nas mulheres — me pareceu de simpatia. Mouzinho não realizou o tipo comunicativo e brilhante do herói popular; era frio, retraído, concentrado, orgulhoso; não atraía, — repelia quem não conhecesse (e poucos conheceram) a delicadeza e o encanto do seu trato íntimo"<sup>(95)</sup>.

Falemos agora do estadista. Este é um dos domínios onde a memória histórica, em termos ideológicos, atinge maior profundidade. O perfil que os textos nos apresentam tem uma grande proximidade com o homem de estado do salazarismo. Um homem acima dos interesses partidários, personalidade que se guia somente pelo interesse nacional, incorrupto. Ora a obra que Mouzinho realizou em Moçambique, quer como militar, quer como administrador, não é fruto de "improvisações felizes", mas o resultado de uma meditação longa e de uma "execução rápida e fulgurante". O fio condutor da sua obra política era "um

(92) Faria de Moraes, "Mouzinho e Robert Clive", in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque...*, p. 81.

(93) Sarmiento Rodrigues, in *Pensamento e Acção de Mouzinho em Moçambique - Antologia*, Lisboa, Esmeraldo, 1956, p. 7

(94) Faria de Moraes, *ob. cit.*, p. 74.

(95) Júlio Dantas, "Desvende-se o enigma do 'cruel enigma'", in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque...*, p. 212.

nacionalismo forte e esclarecido<sup>(96)</sup>, sendo essa a diferença entre a personalidade de Mouzinho e a sua época. Enquanto aquele se guiava por interesses mais altos, pela "independência de carácter, dignidade moral, inteligência e seriedade"<sup>(97)</sup>, elevando-se acima da "anarquia intelectual que dominava a nossa pátria, da ignorância da opinião pública", os políticos de Portugal daquela época, sacrificavam constantemente os "interesses nacionais as exigências do partidarismo e às tricas eleitorais", ficando Mouzinho "para sempre marcado por aqueles para quem a Pátria e os seus heróis nada contavam em comparação com as suas mesquinhas ambições"<sup>(98)</sup>. Ora foi este carisma de "verdadeiro chefe, de condutor de povos"<sup>(99)</sup>, que o tornou perigoso aos olhos da sociedade política de então, pois era demasiado incómodo para os interesses instalados. Faria de Moraes, durante as festas do centenário do nascimento, citando uma descrição de Luiz da Magalhães alusiva à visita que Mouzinho fez ao Porto, aquando da sua viagem triunfal pelo país após Chaimite, refere precisamente esse magnetismo que a sociedade revelava em torno do chefe, seguindo-o, caso necessário, para a mais temerária das empresas: o herói depois de acariciar um antigo soldado de Chaimite, ouviu "uma aclamação formidável, colossal, uníssona, um só brado rompendo de milhares de peitos saudou no capitão ilustre e no humilde soldado, o velho heroísmo português que ressurgia épico e triunfal! Se, nesse momento, Mouzinho levantasse a espada, todos os que ali estavam, sem distinção de classes ou de idade, seguiriam cegamente, hipnotizados pelo seu prestígio, para a mais quimérica e absurda empresa, que ele pudesse sonhar"<sup>(100)</sup>. Daí ser frequente a relação de proximidade que por vezes se estabelece entre a sua personalidade e aquilo que durante o salazarismo se considerava um verdadeiro estadista, lamentando-se inclusivamente a enorme perda que foi a sua vinda antes do tempo. O pensamento político de Mouzinho, incompatível em relação à sua época, era em muitos aspectos coincidente com os "princípios defendidos e accionados

(96) Faria de Moraes, *ob. cit.*, p. 78.

(97) Luís Filipe de Oliveira e Castro, *ob. cit.*, pp. 42-43.

(98) *Idem*, p. 45.

(99) *Idem*, pp. 42-43.

(100) Faria de Moraes, *ob. cit.*, p. 83.

pelo Estado Novo do qual, Mouzinho, no dizer de Marcello Caetano, seria um grande estadista se não tivesse vindo cedo de mais"<sup>(101)</sup>. Apesar de não ter surgido na época certa, a que se iniciou a partir de Maio de 1926, o Estado Novo verá sempre este homem como um exemplo a seguir, como uma personalidade que, para além da sua integridade, como mais nenhuma outra, teve a coragem de romper com uma sociedade decadente, morrendo fiel aos seus princípios de sempre. Assume-se nessa medida como um "mito dinâmico"<sup>(102)</sup>, que entrou em ruptura, em choque, com o seu meio social, defendendo, em alternativa, uma via melhor. "Mouzinho é das figuras que não se evidenciam só por um acto isolado de bravura, mas exprimem determinada mentalidade e índole, que definem uma ideologia e orientação doutrinária e que representam a reacção aos costumes, ao sistema político e social da época em que viveram, pelo que as comemorações tomam significado especial e transcendem o aspecto meramente festivo e formal em que se exteriorizam"<sup>(103)</sup>.

Elemento intimamente ligado à memória do herói é a sua esposa, Maria José Mouzinho de Albuquerque. O relevo que lhe é dado não é de forma alguma secundário, pois o lugar que tem a desempenhar junto do marido, é assumido de forma exemplar, dignificante e mesmo modelar para as gerações mais novas. Dentro do âmbito que lhe compete, protagoniza um verdadeiro papel activo, "trocando o conforto e a segurança por perigo e privações, sempre que encontrou forma de espalhar alívio e caridade. E no cumprimento desta nobre missão, que a si mesma impôs como dever, elevou à mais alta expressão o papel que incumbe à mulher de um soldado"<sup>(104)</sup>. Aquela "preclara senhora", como frequentemente é designada, para além das "raras virtudes de mulher exemplar" e "protótipo modelar da antiga Mulher Portuguesa"<sup>(105)</sup>, pelo que sofreu sem nunca abandonar o marido,

<sup>(101)</sup> Luís Filipe de Oliveira e Castro, *ob. cit.*, p. 67.

<sup>(102)</sup> Vide concepção de mito dinâmico de Abraham A. Moles, "A Função dos Mitos Dinâmicos na Construção do Imaginário Social", *Logos*, Lisboa, nº 4, Dez. 1985.

<sup>(103)</sup> Afirmação feita a propósito do centenário do nascimento in Luís Filipe de Oliveira e Castro, *ob. cit.*, p. 63.

<sup>(104)</sup> Vasco Lopes Alves, *ob. cit.*, p. 28.

<sup>(105)</sup> *perre*ra Martins, *Mouzinho*, Lisboa, Cosmos, 1938, pp. 9-10.

quer nos bons assim como nos maus momentos, "foi heroína à maneira das mulheres", que poderá servir como "um lindo sonho para as raparigas"<sup>(106)</sup>. Falecida a 2 de Setembro de 1950, teve um funeral que "constituiu uma profunda manifestação de pesar e uma consagração derradeira da sua figura nobilíssima de mulher"<sup>(107)</sup>. Pensamos que não é despicienda a imagem que a memória histórica nos dá sobre a esposa de Mouzinho. Pelo contrário, independentemente do real papel que ao lado de Mouzinho tenha desempenhado, é nítido o seu aproveitamento ideológico, como testemunho "fulgurante das mais nobres virtudes da mulher portuguesa"<sup>(108)</sup>, mostrando pela sua exemplaridade, junto de um homem distinto, como deve ser o comportamento de uma mulher ao lado do marido. Maria José Mouzinho de Albuquerque, devido a essas raras virtudes que manifestou enquanto companheira do herói, vai ter também, para que a sua memória não seja esquecida, um espaço próprio no púlpito onde tem lugar o culto daquilo que deve ser perene. A sub-delegação de Saúde do Chibuto, onde durante a segunda campanha de Gaza, contra o Maguiguana, montou um hospital de sangue, e "foi enfermeira desvelada dos soldados", passou a denominar-se Hospital Regional de D. Maria José Mouzinho de Albuquerque, por portaria do governador-geral de Moçambique Tristão de Bettencourt, tendo ainda sido "agraciada com a Ordem de Santa Isabel por Sua Majestade a Rainha Dona Amélia, e com a Cruz *Pro Ecclesia et Pontifice* pela Santa Sé"<sup>(109)</sup>.

Mouzinho de Albuquerque suicidou-se em 8 de Janeiro de 1902. Foi a uma quarta-feira, ao fim da tarde, o trem onde se deslocava dirigia-se para Benfica quando, junto ao portão das Laranjeiras, do seu interior "soou um tiro. O cocheiro estacou a parelha. Abriu a portinhola. Tombado nas almofadas — o quépi no chão, um livro mal aberto — viu o corpo de Mouzinho inanimado. No monóculo inútil, sobre o tapete, caíram pingos de sangue heroico, bravo, impetuoso, que a terra escaldante da África Portuguesa não tinha querido guardar nas horas febris e

<sup>(106)</sup> Irene Alice de Oliveira, *ob. cit.*, p. 30.

<sup>(107)</sup> Fernando de C. Mouzinho de Albuquerque e Cunha, *ob. cit.*, p. 199.

<sup>(108)</sup> Nunes da Ponte, *Mouzinho de Albuquerque e a Cidade do Porto*, Porto, 1957, p. 19.

<sup>(109)</sup> Fernando de C. Mouzinho de Albuquerque e Cunha, *ob. cit.*, p. 200.



apaixonadas dos combates"<sup>(110)</sup>. Estes últimos momentos do herói são lembrados com regularidade. Espécie de culto de despedida, de captação dos instantes derradeiros. A questão do suicídio do grande capitão de Chaimite será um dos temas fundamentais das biografias do herói. Pelo espanto que provocou, pela tristeza consequente, pela ausência de uma resposta esclarecedora aos motivos do acto. Curiosamente, a decisão de Mouzinho em acabar com a vida, nunca será apresentada como cobarde, mas como uma atitude irreflectida num momento de desânimo. "Desde que Mouzinho regressara a Lisboa, só sentira à sua volta, despeito, inveja, intriga, vontade declarada de lhe tolherem os movimentos e um Rei e um Governo cada vez mais fracos e desprestigiados pelo parlamentarismo degradante"<sup>(m)</sup>. Mouzinho de Albuquerque, "um homem que dera a um povo descrente o exemplo das suas próprias virtudes ressuscitadas em clarões de heroísmo e levava uma nação ao vibrante reatar dos seus destinos de bravura, abrindo renovada confiança em energias que pareciam comprometidas para novos feitos, renunciava ali às escaramuças pobres de um batalhar sem horizontes"<sup>(112)</sup>. Esta renúncia, em nossa opinião, ao invés de ser considerada um acto de cobardia, terá contribuído para aumentar a áurea de heroicidade do mito, pois este vivendo numa sociedade onde imperava a anarquia e o partidarismo corrupto, não conseguindo transformá-la, preferiu morrer de pé, recusando-se a viver em tal meio.

No entanto, convém esclarecer que enquanto conseguimos perseguir o rasto da memória do herói, não encontramos do suicídio uma leitura apenas. Apesar da tese da inadaptação, anteriormente apontada, ser a que nos surgiu com mais frequência, e a que consideramos mais significativa em termos de memória, aparece também a antítese, isto é, a corrente que discorda daquele raciocínio como razão fundamental para explicar a atitude de Mouzinho no dia 8 de Janeiro de 1902. Numa carta escrita por Ribeiro de Carvalho em 1941, dirigida ao pintor José Osório de Oliveira, alude-se à hipótese de para a morte de Mouzinho terem contribuído "amores infelizes" verdade que se afirma estar "inteiramente

<sup>(110)</sup> Luiz Teixeira, *Alvorada de Agosto...*, p. 32.

<sup>(11)</sup> Luís Filipe de Oliveira e Castro, *ob. cit.*, p. 57.

<sup>(m)</sup> Luiz Teixeira, *Alvorada de Agosto...*, p. 33.

confirmada por uma carta encontrada num famoso cofre de pele de crocodilo do Paço de Sintra". No entanto, considera o autor da carta que esse facto não terá sido mais que a "gota de água que fez extravazar o copo". Alude a outras causas "que urna elementar delicadeza manda calar" mas que mais tarde se virão a saber para então ficar esclarecida "definitivamente as causas reais da sua morte prematura". O mesmo Ribeiro de Carvalho, num artigo publicado no *Diário de Lisboa*, em 19 de Setembro de 1951, volta a referir-se ao mistério da morte de Mouzinho. Reafirma a discordância da tese comum da inadaptação do herói ao seu tempo, assim como a rejeição da época em relação ao antigo capitão. Não que discorde da inadaptação em si, mas que sirva para justificar o suicídio do herói, e nomeadamente esteja na base da hipótese de que ele se suicidou por uma questão de superioridade. Considera que essa inadaptação deve ser buscada mais nos caracteres psicológicos da sua personalidade, onde a sua tristeza é um elemento preponderante, e sistematicamente apontado por todos os que a ele se referiram. Isso não lhe dará uma imagem de inferioridade, porque ele "era sem dúvida um homem superior", mas poderá atribuir-lhe uma faceta mais humana, que em nada deslustra o herói. Portanto, sem apontar uma nova chave que responda ao mistério da morte de Mouzinho, procura desmontar a tese comum do seu suicídio por uma questão de superioridade em relação à sua época. Considera que se deve ver o herói tal como ele foi, com as suas fraquezas e fortalezas, mas não criar "um idealismo pusilânime que desvia os olhos das misérias da vida e das fraquezas da alma"<sup>(113)</sup>.

### Conclusão

A memória desses grandes homens é indiscutivelmente uma das componentes mais fortes da memória histórica das campanhas. No conjunto de toda a memória até aqui analisada, quer a das campanhas, quer a dos heróis, é possível detectar uma concepção historiográfica que se baseia na capacidade transformadora e actuante de personalidades extraordinárias, heróis por natureza,

<sup>(113)</sup> G. G. Ribeiro de Carvalho, *As Campanhas Ultramarinas de Gomes da Costa*, Lisboa, 1957, 2º, pp. 79-88.

onde os valores da audácia guerreira em simultâneo com os do brilhantismo de governantes são notórias. No entanto, nem todos apresentam em simultâneo essas duas facetas. António Ennes é talvez o caso mais visível. Como foi um homem da retaguarda, surge essencialmente como um homem de gabinete, ponderado, que procura equilibrar e decidir em função do melhor para a nação, sem se deixar influenciar por outros interesses. Não é no entanto um herói de armas. É herói por assumir uma posição de estado, acima de todas as influências, homem das decisões sábias, responsáveis.

Se o Comissário Régio é menos notado por não ter uma folha de serviços de soldado-herói, o mesmo já não acontece em relação aos restantes. Caldas Xavier, ao contrário de Ennes, destaca-se somente pelas virtudes militares. "Sem nunca ter visto a cor ao medo", é herói porque sacrificou a vida e a família para lutar pela pátria. Oriundo das classes médias, não apresenta os pergaminhos familiares como meio justificador para a conquista da fama.

Os restantes heróis já se distinguem simultaneamente pela sua coragem temerária e pelas qualidades de estadistas. Eduardo da Costa, Freire de Andrade, Paiva Couceiro, Aires de Orneias aparecem nessa situação. Em alguns aparece-nos a filiação na tradição familiar guerreira ao serviço da pátria e do império, caso de Orneias, chancela que legitima as suas qualidades militares. Desta forma, procura-se constatar e enaltecer a continuidade de uma tradição heroica.

Saliência particular ainda para a memória que gira em torno de Paiva Couceiro. Se todos os heróis são encarados como regeneradores da melhor tradição da raça lusitana, Couceiro sê-lo-á mais ainda pela feição monárquico-integralista que o identifica. Herói da regeneração pátria no final do século XIX, autêntico representante da melhor raça lusitana, daquela que tem origem nos cavaleiros medievais. A sua memória será objecto de dois cultos. O herói que lutou pela regeneração do império em África, mas também o baluarte dos princípios monárquicos, o mito que combateu a decadente República primeiro, e mais tarde o próprio Estado Novo. Em sua opinião, ambos os regimes, desvirtuavam as verdadeiras tradições nacionais que se congregavam na monarquia.

Sobre a memória histórica de Mouzinho de Albuquerque, a grande diferença temática e quantitativa que os textos apresentam em relação à memória dos outros heróis, é em nossa opinião, o

melhor indicador de que a personalidade de Mouzinho, não foi só mais um herói a juntar aos restantes. Foi para o salazarismo, o maior mito contemporâneo da história portuguesa. No seu perfil mitológico nada lhe falta. Chaimite define a intrepidez de um herói superior, que apresenta a bravura e a coragem que poucos possuem. Macontene, a serenidade e a inteligência de alguém que olha para a batalha como se ela fosse um jogo de xadrez, no qual vai desferindo os seus ataques com um sentido de oportunidade ímpar. Estes dois momentos na vida de Mouzinho, especialmente o de Chaimite, são os que lhe deram a projecção que mais nenhum teve. As suas qualidades filiam-se numa casta, espécie de sedimentos de história acumulados, com as mais remotas e gloriosas origens. A esposa foi digna do herói. Trabalhando à sua maneira, como deve ser a verdadeira mulher portuguesa, exerceu funções onde os seus préstimos podiam ser úteis, apoiando-o na retaguarda, dando-lhe o conforto e o carinho que necessitava. Considerada também heroica por isso mesmo. O homem de estado é exemplar pelo seu sentido nacionalista. Temido e odiado por isso, foi rejeitado e incompreendido, veio cedo de mais numa palavra, pois a sociedade ainda não estava preparada para o receber. Nessa medida, até no momento da queda voluntária, a memória histórica exalta a atitude. O suicídio não foi considerado como uma fuga, mas antes como uma recusa em viver numa época degradante, que não era a sua, preferindo, ao invés de ser conivente, cair de pé.

Pensamos serem estas as qualidades heroicas de Mouzinho, que na sua memória histórica fazem a diferença em relação aos restantes. Herói pela coragem e inteligência, herói pelo seu sentido pátrio, herói por ser continuador do melhor que a raça portuguesa possui, herói por se ter suicidado. Preenche por inteiro o modelo de grande homem do Estado Novo: nacionalista, corajoso, temerário, incorrupto, rejeitando a instabilidade política, defensor de uma autoridade forte, verdadeiro chefe. Com este perfil, a passagem do homem ao domínio mitológico faz-se sem dificuldades. A invocação e evocação da sua exemplaridade, a liturgia da celebração e renovação cíclicas, o culto da memória, foram aspectos elucidativos daquela passagem que profusamente observámos ao longo da memória histórica que analisámos.

De uma forma geral, os heróis das campanhas surgem-nos como personalidades ímpares, símbolos da raça, de unidade, que desfilam imponentes de força, de coragem temerária, ao longo dos

textos que analisámos. Agentes de transformação, regeneradores da pátria decadente, autênticos mitos, aqueles que verdadeiramente representam o espírito lusitano. Condutores de homens, colocando igualmente e sempre o dever nacional acima dos interesses individuais, assumem-se como chefes que messianicamente recuperam o destino perdido de um povo. Tal como os heróis dos impérios portugueses passados, também estes, os das campanhas africanas, por direito próprio, têm no panteão da memória histórica um lugar à parte. Vimo-los desfilar, nobremente caracterizados, sem erros. Personalidades que congregam, que recuperam a força constitucional da nação, que marcam a história e o destino de um povo. Por isso mesmo não podem ser esquecidos, pelo contrário, recordados devem ser, sempre que a chama pátria precisa de ser iluminada.

Quatro palavras, correspondentes a outros tantos conceitos, orientaram a nossa investigação: império, memória, mitologia e heróis. A primeira foi a realidade histórica que nos serviu de base, a segunda a produção histórica emanada a partir daquela, a terceira, o campo específico em que analisámos a memória histórica anterior, finalmente a quarta, o sub-campo em que optámos por investigar a mitologia criada em torno da realidade imperial contemporânea. Através daquelas quatro noções procurámos por um lado, discernir as principais linhas de força que em cada uma delas se manifestava, e por outro, concatenar-lhes as inter-relações possíveis.

Na realidade imperial portuguesa da época contemporânea debruçámo-nos especificamente sobre as campanhas de ocupação africana e particularmente a de 1895, contra o império vátua. Da memória por nós coligida, concluímos que o salazarismo, se diferencia dos períodos anteriores pelo refinamento da memória<sup>(14)</sup>. Os seus modos de produção são mais cuidados, mais abrangentes, com uma intenção, marcadamente ideológica, de colocar a história daqueles acontecimentos ao serviço da criação de um nacionalismo

<sup>(14)</sup> Relativamente ao período da monarquia constitucional, ressalta o júbilo, a festa, a comemoração da identidade perdida, destacando-se na memória dos heróis, embora sem carácter exclusivo, especialmente a bravura e a coragem demonstrada nos combates. No período republicano notámos a relativa ausência de memória, aspecto que em nossa opinião se relaciona com o perfil monárquico-integralista dos seus principais intervenientes.

e de um patriotismo com contornos míticos. O herói deste período, sempre que possível, apresenta os dois perfis modelo do regime: o estadista e o soldado. No último período por nós analisado, depois de 25 de Abril de 1974, salientável é a continuidade da memória histórica apologética, com contornos de um nacionalismo tradicionalista.

Pensamos também ter demonstrado que a memória histórica analisada apresenta contornos similares à mitologia. Como vimos, são essencialmente valorizados os campos da heroicidade e do enaltecimento pátrio, sendo secundarizados os elementos de contextualização global dos acontecimentos. Esta sobrevalorização de alguns aspectos em detrimento de outros, é um meio de deformar o acontecimento, o que é comum ao pensamento mítico. Em segundo lugar, a memória das campanhas globalmente considerada, apresenta-se como um conjunto de narrativas que recordam a acção exemplar de um punhado de heróis, evocação que é ciclicamente actualizada a propósito de comemorações nacionais. Neste ponto, consideramos que também existe similitude com o mito, pois este, nas sociedades tradicionais, também se actualiza pela palavra, pelo gesto, pela festa, remetendo também para um tempo longínquo, que refere a acção notável de antepassados. Em terceiro lugar, a ideia de retorno, de renovação, foi um outro elemento, comum ao pensamento mítico que também encontramos na memória das campanhas. Estas e os seus heróis fizeram, ainda que por breves momentos, regressar a pátria aos caminhos gloriosos do passado, recuperando a constitucionalidade orgânica da nação. Ao lutar contra a decadência instituída, o mito pode assumir um carácter "dinâmico"<sup>115</sup>, na medida em que se torna um elemento de ruptura em relação à sociedade. Os heróis das campanhas, particularmente Mouzinho, assumem essa feição. Finalmente, a permanente invocação e evocação daqueles acontecimentos e dos seus heróis, tem também por função, assegurar uma certa continuidade entre o passado, o presente e o futuro, preocupação igualmente comum ao pensamento mítico, no qual se pretende manter aquela identidade.

Em ambas as situações se procura exprimir um determinado sentido da existência. A diferença reside na tecnologia de

(<sup>ns</sup>) Abraham A. Moles, *ob. cit.*

propagação, no primeiro caso, o da memória das campanhas, realiza-se de forma mais rápida e sofisticada, enquanto nas sociedades tradicionais, o processo de transmissão é mais lento e artesanal. Aí, ao perdurarem pelo gesto, pela palavra e pelo rito, os mitos conhecem uma divulgação mais limitada, quer na densidade demográfica, quer na extensão geográfica, ao passo que, integrados nas sociedades que utilizam processos de informação mais rápidos e eficazes como os meios audiovisuais, atingem um índice de divulgação territorial e populacional, que, em determinados casos, abrange o planeta. Daí que nas sociedades onde se utilizam processos sofisticados como a fotografia, o cinema, a rádio e a televisão, o mecanismo de criação mitológica seja muito mais célere, mas simultaneamente mais perecível, devido por um lado, à própria facilidade com que esses meios fazem criar novos mitos, e por outro, ao interesse do próprio poder instituído em preservar determinados heróis como actuais. Poderá ser esta uma das pistas a explorar para verificarmos o relativo desaparecimento do mito Mouzinho de Albuquerque após o 25 de Abril de 1974. A memória de um herói que representava os valores da autoridade, da tradição, do pensamento conservador, não poderia encontrar, após a instauração do regime democrático, a mesma receptividade que encontrou durante o Estado Novo.